

**ACTA N.º 6/2009**

Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2010. PLANIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/MAPA DE PESSOAL PARA 2010, AO ABRIGO DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA N.º 137/GAPV/2009;**
- 3. APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGANICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. APROVAÇÃO DA ESTRUTURA NUCEAR A IMPLEMENTAR, DEFININDO AS CORRESPONDENTES UNIDADES ORGANICAS NUCLEARES; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES FLEXÍVEIS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGANICAS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES FUNCIONAIS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIRECÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU OU INFERIOR. – DECRETO - LEI N.º. 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO. PROPOSTA N.º. 139/GAPV/2009;**
- 4. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES COERCIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA N.º. 138/GAPV/2009 – Para Conhecimento;**
- 5. APROVAÇÃO DA NOVA MATRIZ DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA 2009/2013. PROPOSTA N.º. 58/GATF/2009;**
- 6. REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DE PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. PROPOSTA N.º. 140/GAPV/2009;**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:

Maria Inês Pereira Dias

Francisco António Taveira Ferreira

Maria Aline Silva Ferreira Caetano

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

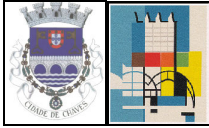
Luís Manuel Geraldês Teixeira Araújo

Jorge Miguel França dos Santos

Júlio Eliseu dos Anjos Alves

A acta número cinco, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor Vereador António Manuel Pires de Almeida referiu que na sessão anterior fez uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara relacionada com a SOVIP, mas que a resposta não consta da acta. Disse que gostava de saber qual é o representante da Autarquia designado para esta entidade.



*Posta à votação foi aprovada por unanimidade.*

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”, com a intervenção dos seguintes deputados:

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada na mesa de duas Propostas apresentadas pela bancada do **PSD**, que foram lidas pelo Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão e se transcrevem:

**1ª. Proposta:** O Senhor deputado depois de cumprimentar todos os presentes disse:

O Grupo Municipal do Partido Social - Democrata, preocupado e atento com as questões inerentes à cidadania Participativa, propõe que seja aprovado o seguinte:

**“Tem-se assistido nos últimos anos a um desinteresse crescente por parte dos cidadãos em relação à actividade política.**

**Um dos dados objectivos que parece sustentar tal opinião é a percentagem de abstenção elevada (mantida) em diferentes e sucessivos actos eleitorais.**

**Vários factores e de natureza muito distinta poderão concorrer para esse fenómeno, na certeza, porém, que esta atitude de não participação corrói o sistema democrático.**

**A análise problemática e a necessidade de inverter tal situação, com credibilização da actividade política e dos seus agentes, com uma maior transparência do exercício do poder, tem sido um apelo feito por diferentes e insuspeitas personalidades de diferentes quadrantes ideológicos no nosso país. Este fenómeno não é exclusivamente português mas, na opinião do PSD, devemos todos efectuar um esforço no sentido de tentar melhorar esta situação.**

**Nesse sentido e com o objectivo de aproximar os cidadãos da actividade política, o Grupo Municipal do PSD, propõe:**

**1 – A criação de um website específico da Assembleia Municipal de Chaves, com a possibilidade de acesso a informação útil, abrangente (informação das diferentes Juntas de Freguesia, por exemplo) e pertinente para os utilizadores, com possibilidade dos cidadãos poderem efectuar sugestões, pedidos de esclarecimento e ou reclamações on-line.**

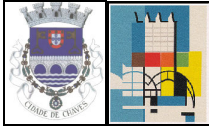
**2 – No âmbito da Educação dos Jovens para a cidadania, a possibilidade de estabelecer um protocolo/parceria com todas as escolas do nosso Concelho (com relevo para as secundárias, Escola Profissional, Escola Superior de Enfermagem e UTAD) de modo a envolver os jovens em determinadas actividades e/ou projectos (para além da possibilidade de modo rotativo, poderem estar presentes nas reuniões da Assembleia Municipal).**

**Assembleia Municipal de Chaves, 30 de Dezembro de 2009. O Grupo Municipal do PSD”.**

Foi aceite a entrada da Proposta e para sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados:

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que a CDU nada tem a opor à Proposta em análise. Acha até que é possível, em termos locais e nacionais, tomar um conjunto de atitudes que promovam a participação na política.

“Entendemos, sim, que é o comportamento dos políticos e a desburocratização da política, que ajuda os cidadãos a participarem. A título de exemplo desafio os Senhores deputados a ler as actas da Câmara Municipal que são fornecidas e que estão correctas, mas que na prática são quase ilegíveis porque só têm considerações, legislação, enquadramentos jurídicos; qualquer cidadão da Assembleia Municipal, que tenha de fazer, no essencial, qualquer intervenção política, é “bombardeado” com imensas páginas que nos afastam de, no final, termos qualquer opinião consistente sobre as coisas. Estamos a produzir uma política cada



vez mais codificada, mais se assemelhando a uma discussão de índole jurídica e de papéis, do que uma discussão de ideias. Isto não é culpa de nosso Executivo, mas sim da forma como está ser organizada a política em Portugal.

Ouvi hoje nos meios de comunicação Social que as verbas para socorrer os agricultores afectados pelos temporais vinham do PRODER. Os agricultores da Região de Torres Vedras, seriamente afectados, estavam em pânico porque teriam de apresentar tantos papéis nas candidaturas que corriam o risco de não conseguir o acesso às verbas.

A CDU saúda esta iniciativa e vai votar a favor, mas temos a consciência de que é necessário algo muito mais profundo para motivar os jovens a interessarem-se pela política. É preciso que tenham a mínima ideia do que está em discussão porque com a política que vem da união europeia e que em Portugal tem sido acarinhada e aperfeiçoada, nós só estamos a discutir Decretos-Lei e considerações jurídicas e não a discutir política e ideias, que é para isso que existem as Assembleias Municipais”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, aproveitando a intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha quando falou na desburocratização, apelou aos Senhores deputados para optarem por receber os documentos em formato digital, dada a quantidade de papel que é gasta em cada sessão deste Órgão, ressaltando as situações, dentro de cada bancada, que quisessem ter o suporte em papel. É um gasto considerável de papel que poderia ser reduzido.

**BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES**, do PS – disse que o Partido Socialista não levanta qualquer objecção a esta Proposta apresentada pelo PSD.

“Para envolver os jovens na política e tentar e fazê-los compreender quão importante é a participação cívica, um bom incentivo seria envolvê-los num Conselho Municipal de Juventude, cuja lei está aprovada há já algum tempo, e a sua criação é incumbência das Câmaras Municipais. Creio que em Chaves ainda não existe qualquer conselho Municipal de Juventude, que permita aproximar e envolver os jovens na política autárquica”.

**FRANCISCO PINTO DE BARROS** do PS – iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e em seguida referiu que a sua bancada não tem nada contra esta Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

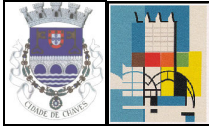
“Entendo que entrar já numa de partidarização dos jovens poderá ser algo pernicioso, partindo do princípio que esse aspecto nos responsabiliza a todos, em função de alguns exemplos menos bons a que eventualmente possam assistir.

Face à Proposta em análise, apesar de o PS nada ter em contra, talvez esta situação pudesse ficar em suspenso porque não traz nada de substancialmente concreto. Numa próxima oportunidade, poderia ser feita uma Proposta concreta e objectiva, de consenso entre todas as bancadas”.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse que a Proposta em discussão é do Grupo Municipal do PSD não sua pessoal e não é objectivo da mesma, nem nela está escrito o objectivo da partidarização de jovens, sejam eles quais forem.

“Suponho que o Senhor deputado Pinto de Barros se referiu ao ponto 2 quando se ventila a possibilidade da criação de um protocolo/parceria com as escolas, mas não é com o objectivo de partidarizar nem de politizar. O seu objectivo está consagrado no Regimento e teria por finalidade trazer esses jovens e fazer com que entendam o que significa e o que se passa neste Órgão Autárquico.

O 1º. Ponto refere especificamente a criação de um Website específico da Assembleia Municipal, que não existe e onde toda a informação poderia estar ali contida. Mas nunca politizar ou partidarizar. Até porque qualquer membro de uma



Organização política tenta “recrutar” para os seus quadros políticos jovens para as respectivas juventudes partidárias”.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** disse que esta Proposta deveria ter uma envolvimento de todos os Grupos Municipais, uma vez que contém assuntos que tem de ter a aprovação da Assembleia Municipal. Será, portanto um ponto de partida para ser efectuado pelos Grupos Municipais, que delinearão a sua interligação para a cidadania junto dos jovens.

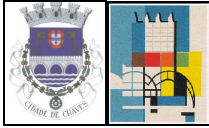
Em seguida convidou o Grupo Municipal do PSD para proceder à leitura da 2ª. Proposta apresentada à Mesa. O Senhor deputado Nelson Paulo Montalvão antes de proceder à leitura da Proposta disse o seguinte:” Senhor Presidente antes de ler esta Proposta, respondendo à intervenção da Senhora deputado Brigitte Raquel Bazenga Gonçalves, é possível, através do Regimento em vigor, no Capítulo V – artigo 42º e seguintes, que saia deste Órgão uma Comissão/Delegação ou um Grupo de trabalho, representada por todos os grupos políticos e seria esta entidade a propor a operacionalização. O PS não sugeriu, mas perguntou como se poderia fazer. Não o fez e quem o está a fazer é o PSD. Em seguida leu a 2ª proposta apresentada à Mesa que diz:

### **Proposta**

**“O Grupo Municipal do Partido Social - Democrata, dando voz às populações residentes na área de influência da Unidade Hospitalar de Chaves, propõe que seja aprovada a seguinte Proposta:**

- 1. A enorme e crescente preocupação com o péssimo funcionamento da Unidade Hospitalar de Chaves, que não vem dando uma resposta capaz às necessidades dos cidadãos no seu direito à saúde;**
- 2. A crescente insatisfação dos utentes do SNS no alto Tâmega com a situação que se vive na Unidade Hospitalar de Chaves, que se tem vindo a degradar, com tendência a deteriorar-se ainda mais;**
- 3. Os relatos que configuram uma manifesta e progressiva falta de recursos para uma resposta adequada na unidade hospitalar de Chaves são cada vez mais frequentes;**
- 4. Após a integração do Hospital Distrital de Chaves no CHTMAD, o número de profissionais médicos da Unidade Hospitalar de Chaves tem vindo a diminuir e o grau de insatisfação de todos os profissionais de unidade hospitalar é crescente;**
- 5. Recorde-se que, segundo a imprensa, em Agosto de 2008, os chefes de equipa do serviço de urgência chegaram a colocar o lugar à disposição, devido à falta de profissionais para responder com qualidade às solicitações dos utentes;**
- 6. Recorde-se, ainda, que o Bastonário da Ordem dos Médicos, de visita a Chaves, criticou o crescente “desinvestimento” no hospital flaviense e associou até a desmotivação que se apoderou dos profissionais aos constantes pedidos de reforma antecipada;**
- 7. É objectivo do Grupo Municipal do PSD que se debatam, de forma rigorosa e esclarecedora com o Ministério da Saúde, os problemas existentes e as possíveis soluções a encontrar.**

**A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 30 de Dezembro de 2009, preocupada com as notícias do deplorável funcionamento da Unidade Hospitalar de Chaves, que não dá a resposta necessária às carências dos cidadãos no seu direito à saúde, delibera o seguinte:**



1. Requerer à Exma. Senhora Ministra da Saúde o envio, a esta Assembleia Municipal, dos Relatórios de Avaliação do funcionamento e grau de satisfação dos utentes da Unidade Hospitalar de Chaves, após a integração no CHTMAD – Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro;
2. Requerer à Exma. Senhora Ministra da Saúde o envio, a esta Assembleia Municipal dos Estudos Técnicos e da Fundamentação Política que levaram à criação dos Unidades Locais de Saúde da Guarda e Castelo Branco;
3. Requerer à Exma. Senhora Ministra da Saúde o envio, a esta Assembleia Municipal dos Estudos Técnicos e da Fundamentação Política que levaram o Ministério da Saúde à recusa da criação da Unidade Local de Saúde de Chaves, conforme proposta da Câmara Municipal de Chaves e dos demais Municípios do Alto Tâmega;
4. Solicitar às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, a adesão, participação e apoio a esta Proposta;
5. Solicitar à Assembleia da República, através da Comissão Parlamentar de Saúde, uma visita à Unidade Hospitalar de Chaves do CHTMAD para constatar, no local a actual situação desta unidade de saúde;
6. A Assembleia Municipal exige medidas imediatas para ultrapassar a crise funcional da Unidade Hospitalar de Chaves e em especial do seu serviço de urgência, por parte do Ministério da Saúde e do Conselho de Administração do CHTMAT;
- 7.A Assembleia Municipal constitui uma Comissão com representantes de todos os Grupos Municipais para promover o reforço funcional da Unidade Hospitalar de Chaves e da sua articulação com os Centros de Saúde do Alto Tâmega;
8. O envio desta deliberação à Exma. Senhora Ministra da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro – Ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República e Direcções Parlamentares dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República.

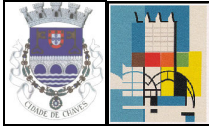
**Assembleia Municipal de Chaves 30 de Dezembro de 2009. O Grupo Municipal do PSD”.**

Foi aceite a entrada desta Proposta e aberta à discussão, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

**ANSELMO JOSÉ MARTINS**, do PS – depois de cumprimentar os presentes na sala disse:

“Este é um assunto extremamente complexo, do qual não tenho toda a informação, mas tenho a intenção. A minha intenção ao processo do Hospital de Chaves foi sempre no sentido da melhoria da qualidade do serviço prestado por aquela unidade de saúde e creio que esse é o desejo de todos os flavienses; que o nosso hospital cada vez preste melhores serviços. Como todos sabemos houve uma reorganização hospitalar ao nível nacional e quem de direito tomou decisões que, de certa forma, foram discutidas nas comunidades, nas quais participei. Nessa época fui convencido que essa decisão seria a que melhor serviria os cidadãos do nosso concelho mas hoje tenho algumas dúvidas. Já oportunamente tive a opção de dizer ao responsável pelo sector – Senhor Secretário de Estado Manuel Pizarro – que à «mulher de César não baste sê-lo, mas também tem que parecê-lo».

É verdade que a comunidade de Chaves esteve, de certa forma envolvida neste processo; nessa altura tive a oportunidade de pedir esclarecimentos e fui esclarecido, inclusive cheguei a obter um exemplar do caderno de encargos. Procurei saber o que ocorreria ao Hospital de Chaves ao se integrar numa estrutura semelhante a uma Unidade com Estatuto de Hospital Central e o que na altura me disseram, tenho de



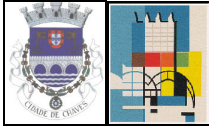
reconhecer, que me agradou. O facto de passarmos a ter consulta externa de todas as especialidades, o facto de passarmos a ter, ao nível do Distrito, uma unidade com o estatuto de Hospital Central, com todos os serviços que cabem a este modelo agradou-me.

Esse Protocolo não foi assinado por mim, mas deram-me conhecimento do seu conteúdo. Foi assinado pelo Senhor Presidente da Câmara e a Autarquia teve alguma responsabilidade nesta integração do Hospital de Chaves no Hospital, hoje designado por HCTMAD. Perante o exposto, a opinião que aqui quero deixar é que realmente feita esta alteração e com esta nova condição, o Hospital de Chaves, não está a servir convenientemente o Concelho. Lamento dizer isto com muita sinceridade, porque de certa forma estou a por em causa a decisão de responsáveis políticos do partido a que pertenço e apoio, há mais de trinta anos, mas a verdade é que não me satisfaz a forma como o nosso Hospital responde às necessidades dos cidadãos de Chaves. Provavelmente o Senhor Presidente da Câmara terá muito mais informação que eu e tem competência para pedir responsabilidades à tutela e dizer-nos porque razão o nosso Hospital não satisfaz em pleno os nossos anseios de saúde e de cuidados de saúde”.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que já na última Assembleia Municipal vinha preparado para fazer uma intervenção sobre a situação do Hospital de Chaves, mas como a Sessão anterior era de carácter extraordinário não a fez.

“ Hoje estou aqui para falar da situação do nosso degradado Hospital. Não estamos em campanha eleitoral e por isso vamos falar uma linguagem clara porque o que está em causa são as pessoas; aquelas que nos elegeram aqui em Chaves e em todo o Alto Tâmega. Por minha parte tudo farei para denunciar as deficiências ali existentes. Desde a última Assembleia Municipal já mexeram alguma coisa no nosso Hospital; os autarcas do Alto Tâmega já disseram basta: «queremos separar o nosso Hospital através de uma Unidade Local de Saúde». Todos os que estamos de boa fé, já há muito tempo que nos apercebemos que se não tomarmos uma posição de força, dificilmente conseguiremos os nossos objectivos. Está a ser organizada uma Comissão, constituída por personalidades desta Região do Alto Tâmega de vários quadrantes políticos, que estão revoltadas com esta situação e disponíveis para avançar com todo o tipo de iniciativas, entre as quais a mobilização das populações, usando todos os meios ao seu alcance, para repor a confiança no nosso hospital, com total autonomia.

Temos o mesmo direito dos habitantes da Guarda, Castelo Branco entre outros, regiões geograficamente muito semelhantes à nossa, que têm o Centro Hospitalar de Cova da Beira e ao lado têm duas Unidades Locais de Saúde. O nosso Governo tem de reconhecer que a integração do nosso hospital no Centro Hospitalar nos penaliza; não garante cuidados de saúde à média nacional e não pode ser uma questão política do Senhor Dr. Carlos Vaz nem do Senhor Dr. Próspero, um dos defensores da urgência básica para Chaves, e conseqüente desclassificação do nosso hospital. Este último Senhor é Director Clínico e faz parte da Administração. A população do Alto Tâmega não precisa de médicos tarefeiros que apenas se importam com o que podem ganhar economicamente, mas sim de profissionais dedicados. A Direcção não tem o mínimo respeito pelas populações do Alto Tâmega. Convida médicos a irem para o Centro Hospitalar e já aconteceu ficarmos sem cardiologista – um estava de férias e o outro foi deslocado para Vila Real porque fazia lá falta. O Hospital de Chaves ficou sem nenhum especialista em cardiologia porque entenderam que não tínhamos direito a ele. As intervenções cirúrgicas são feitas duas a três à 4ª feira; aos sábados como são pagas extraordinariamente fazem oito, nove ou dez. Isto jamais aconteceu quando o nosso hospital tinha uma boa gestão daqui.



Na área de oftalmologia os nossos utentes estão sujeitos à seguinte situação. Alugam carrinhas de nove lugares para levarem os doentes à Régua. Avisam-nos para comparecerem na unidade de Chaves e são levados à primeira consulta na Régua; posteriormente voltam lá para fazerem as análises, mais tarde vão fazer a operação, depois voltam para verificar se a operação resultou e passados três ou quatro meses voltam lá para dar alta ao paciente. São ao todo cinco, as vezes que um doente de oftalmologia tem de ir à Régua. Há dias em que estas carrinhas levam 30 pessoas. Andam de cá para lá transportando uns enquanto os outros são consultados. Isto dá bem para nos inteirarmos do esforço que as nossas gentes fazem para lutar pela sua saúde.

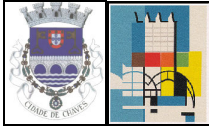
Não é concebível que uma médica esteja a dar consultas e receba uma chamada de Vila Real dizendo para se apresentar imediatamente no Centro Hospitalar, sem direito a contestação. Como todos sabemos há consultas de determinadas especialidades que são muito difíceis de conseguir, chegando a demorar meses e quando estas situações acontecem é desesperante. Estar uma pessoa numa sala de espera convencida que vai ser consultada e de repente dizem-lhe que o médico/a tem de sair, tendo de aguardar pela marcação de nova consulta. Se a pessoa está mal estão fica ainda pior. A grande prioridade é que os médicos vão para Vila Real – Chaves é como se não existisse no mapa. É a tal política do esvaziamento e já muitos médicos espanhóis se foram embora porque entre escolher ter de ir para Vila Real, eles preferem Orense ou outra cidade da sua terra.

O que nós pretendemos é uma Unidade Local de Saúde e é por isso que devemos lutar. O que não podemos é deixar que continuemos vinculados ao Hospital de Vila Real. Vamos defender o nosso Hospital sem partidarismos porque está num caos autêntico; acontecem ali factos em que me custa a acreditar que sejam praticados por profissionais da saúde. Como atrás disse a Comissão está a ser organizada dado que estão reunidas as condições para isso e os Autarcas do Alto Tâmega também não vão parar com as diligências necessárias. Vem aí um novo ano e vamos todos lutar, pugnar e acreditar que o nosso Hospital volte a ter uma vida nova. Somos Autarcas porque o povo nos elegeu e não o podemos defraudar. Se quiserem marcar uma reunião da Assembleia Municipal, não remunerada, eu estou disponível para vir discutir e lutar pela resolução deste tão grande problema que é o nosso Hospital e a saúde de todos nós cidadãos do Alto Tâmega”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que a situação na Unidade Hospitalar de Chaves se tem degradado de uma forma crescente.

“ É necessário perceber que há coisas que estão mal não só na Unidade de Chaves; estamos a assistir a uma degradação crescente do Serviço Nacional de Saúde em Portugal e a própria Ministra da Saúde vem finalmente dizer que a debandada dos melhores profissionais do SNS começa a preocupar o próprio Governo, nomeadamente em termos de capacidade de formação de médicos jovens. Particularmente gostaria de dizer à Senhora deputada Paula Barros, que escreveu para a comunicação social, dizendo que este Governo tem uma política de medidas práticas e que é com essas medidas que se vê quem beneficia a saúde, que desconheço quantos internos existem nos Centros de Saúde. A grande medida que o Governo tomou, que conheço, foi anunciada há vinte anos, e nunca a vi implementada. Eram os tais pagamentos extra para os profissionais de saúde internos ou médicos já especialistas que fossem para as regiões do interior.

Neste momento o Hospital de Chaves tem zero internos e qualquer medida que o Governo tome, neste momento para formação de internos, no nosso Hospital os reflexos tem valor zero. Foi este o artigo que a Senhora deputada Paula Barros escreveu na comunicação social, argumentando que aí é que se via quem se estava a debater pelas regiões do interior.



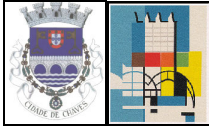
Recordo que foi a política do Senhor Dr. Correia de Campos que destruiu o Serviço Nacional de Saúde e a situação é grave em Chaves e não só. Em Chaves temos uma situação grave em termos de Unidade Hospitalar relacionada com a integração no Centro Hospitalar, que objectivamente é um insucesso. Só quem for cego é que não vê isso. A articulação de funções entre os hospitais é mínima, a criação de sinergias entre os profissionais é mínima, os sistemas informáticos no fim de três anos não são compatíveis, é tudo. O conteúdo da integração é no seu todo um insucesso, onde quase não existem coisas positivas, com excepção da diálise. O Hospital de Chaves com esta tomada de posição perdeu serviços e forneceu profissionais ao Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro em Vila Real.

Na Proposta pede-se que sejam fornecidos os fundamentos que rejeitaram a Unidade Local de Saúde, mas é meu entendimento que isso deveria ter sido feito em tempo útil, em que esta Assembleia Municipal e os deputados do PS e PSD, aceitaram que o governo negasse essa Unidade Local de Saúde. Através de uma “Moção” que um dia aqui apresentei disse que ainda se haviam de envergonhar de ter votado contra – 3 votos a favor da CDU – 5 contra e 90 abstenções - e continuo a dizê-lo porque foi aí que se decidiram as coisas essenciais. É importante que haja movimentações e julgo que o Senhor Presidente da Câmara deve explicar a esta Assembleia o porquê da desactivação da Comissão de Defesa do Hospital. Pode até haver outras Comissões, mas continuo a entender que esta Assembleia deve exercer um papel preponderante e nomear uma Comissão de Defesa do Hospital e que estude medidas de defesa e de autonomia. A CDU sempre defendeu uma integração mas a nível Nacional – O Serviço Nacional de Saúde – com profissionais deste Sector a criar sinergias entre as unidades. O Hospital de Vila Real hierarquicamente tem de ter muitas mais coisas que o Hospital de Chaves, e é importantíssimo para a Região que exista um Hospital Central, mas o que está a ser discutido é feito à custa do esvaziamento das outras unidades hospitalares.

Houve pessoas e refiro aqui o Senhor deputado Anselmo Martins, que no final de três anos perceberam a política implementada, mas essa política tem outras dimensões. É o caso das reformas da Função Pública aos 55 anos, esquecendo-se que os médicos debandavam; era a ideia que o Senhor Dr. Correia de Campos fazia passar, dizendo que a medicina devia ser paga ao acto médico; isto levou a que profissionais de saúde – médicos – vão prestar serviços cada vez melhor pagos. Isto porque os médicos aprenderam com os políticos, que dentro da legalidade vale tudo para ganhar dinheiro. O governo não pensou que ao desestruturar o Serviço Nacional de Saúde criou as condições existentes e temos agora uma situação delicadíssima, em que o Centro Hospitalar retirou completamente toda e qualquer decisão à Unidade de Chaves; não se pode comprar um parafuso sem que Vila Real autorize. Há saídas de profissionais que não dependem só da desilusão do Centro Hospitalar, dependem da falta de médicos em Espanha e de uma série de situações. Neste momento não se sente no Hospital de Chaves nenhum projecto de construção de saúde e, inevitavelmente, os profissionais vão abandonado porque não há um projecto para Chaves.

A CDU defendeu que era importantíssimo manter um Hospital Distrital, que tinha as suas valências básicas – cirurgia, ortopedia, ginecologia etc. Agora o que existe é um local onde se prestam tarefas, se fazem umas consultas, mas não é um hospital. O governo passou a ideia de que os hospitais são clínicas privadas o que está errado; o que temos de conseguir é uma tomada de posição forte que envolva as pessoas, que não entre na demagogia fácil, mas que mostre que o nosso Hospital e esta Região desperdiçam as sinergias entre os médicos dos Centros de Saúde, que estão completamente de costas para as unidades hospitalares. A Proposta da Unidade Local de Saúde é uma Proposta Nacional da CDU. São os laboratórios do Hospital de





Chaves que fazem as análises para os Centros de Saúde, é a Radiologia e tudo isto criava sinergias com os médicos dos Centros de Saúde do Alto Tâmega a suplementar os serviços do Hospital de Chaves. Ou é por esta via que seguimos ou então arriscamo-nos a continuar a assistir ao seu esvaziamento.

A CDU sugere que, com a representação de todos os Grupos Municipais seja recriada a Comissão de Defesa do Hospital, que faça parcerias com as outras autarquias na defesa de um reforço funcional do Hospital de Chaves, uma articulação funcional com os Centros de Saúde, dentro de um Serviço Nacional de Saúde. E é tudo isso que o Governo do Partido Socialista em especial o ex - Ministro Correia de Campos destruiu durante os anos que foi governo”.

**LUÍS DIAS DE CARVALHO** do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que estamos numa quadra que comemora a vida e a saúde prende-se intrinsecamente com a vida.

“Os habitantes de Região de Trás-os-Montes devem merecer do Poder Central – que até hoje não têm merecido deste Governo – o tratamento humano, o tratamento da defesa e salvaguarda da vida. Enquanto cidadão é uma questão que me preocupada profundamente. Revolta-me ter um hospital que já demonstrou ter serviços de qualidade, com profissionais motivados, que serviram os habitantes de uma região que é desfavorecida sob o ponto de vista sócio – económico e mesmo assim funcionou bem. Quando se entrou numa atitude cega de centralismo democrático, cego, de cortar a torto e a direito no que respeita à saúde, tenho para mim que foi o caminho errado, foi o caminho economicista, foi reduzir os cidadãos a um mero número insignificante e desprezável. Enquanto cidadãos deste país, temos os mesmos direitos e os mesmos deveres dos demais cidadãos do território nacional.

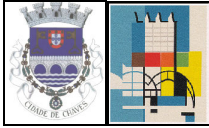
Subscribo inteiramente a Proposta que está sobre a Mesa e ainda digo mais. Se o Poder Central não der resposta favorável aos nossos problemas que são vitais, eu estou disposto e penso que todos os habitantes dos Concelhos do Alto Tâmega o estarão também, a ir muito mais além, lutando pela vida.

A título de exemplo, quero referir que ontem assisti a um acidente de viação e imediatamente chamei o INEM. É incrível mas demorou meia hora a chegar e sabem de onde veio – de Vidago”.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS**, do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“O Partido Socialista defende por princípio aquilo que são os Serviços Públicos. Neste caso e em particular à Proposta que está em discussão, referimo-nos a um Serviço Público essencial, que é o Serviço Público de Saúde. Parece-nos bem que a discussão seja recolocada naquilo que nos deve mover a todos e naquilo que deve ser o objectivo de todos; pelo menos o do Partido Socialista é e acreditamos que é o de todos. É o objectivo de que, em termos de Serviço Público de Saúde, possamos servir mais, melhor e com maior qualidade os cidadãos.

Relativamente a esta questão já se fizeram correr rios de tinta e já foram aqui proferidas inúmeras palavras. Acho que se nos exige, enquanto responsáveis políticos, que saibamos olhar, analisar e avaliar um pouco mais acima do que seja apenas o que se traduza, tão só, do contágio em termos do que é a observação empírica do que vai acontecendo. Fazer isso exige que olhemos para o que acontece, ouvir as pessoas, olhar para os dados objectivos que temos também. E quando falamos aqui em objectividade, se queremos reduzir-nos ao espaço de objectividade, há relatórios que são públicos, que nos aportam números absolutamente objectivos e comparativos da actividade do Hospital de Chaves em relação ao pré – Centro Hospitalar, com o pós – Centro Hospitalar. Mas se quisermos olhar só, fria e objectivamente, para esses números vamos ter de reconhecer (o Relatório é público) e constatar maior número de consultas, menor tempo de espera,

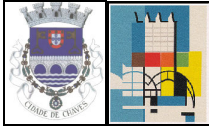


mais cirurgias etc. etc. Estes números e estes Relatórios só terão significado se o que lá consta se traduzir para o sentimento de quem é atendido no Hospital de Chaves, que se encontra no âmbito do Centro Hospitalar. É em relação a esta matéria que todos devemos pugnar. Em vez de acenarmos bandeiras cujos resultados desconhecemos e que apenas nos levariam a saltar para um vazio cujas consequências, teriam impacto nas nossas populações, que devemos defender e representar e, por essa razão, não conhecendo os resultados e objectivos, não devemos fazê-lo de ânimo leve, devemos sim, com o que temos, estudar, acompanhar, analisar e perceber onde é que as coisas não estão a funcionar de forma adequada para que se cumpra aquilo que deve ser o objectivo de todos e que é a elevação da qualidade do serviço de saúde aos nossos cidadãos.

Por essa razão, olhando para a Proposta que hoje o PSD aqui trás e que nos parece ser algo defensiva, relativamente àquilo que tem vindo a público, que achamos bem, porque, e como já aqui foi dito, o Distrito de Vila Real ganha um Hospital Central – que é positivo – e ganha também uma quantidade de Serviços específicos, que é igualmente positivo; o que não queremos nem desejamos é que essa centralidade aconteça à custa do esvaziamento de outras unidades. É por isso que devemos pugnar, e não fazer exercícios comparativos que nem sempre são exactos e realistas, em relação ao que acontece em outros espaços específicos do nosso País. Temos uma realidade que já nos trouxe alguns ganhos, mas não nos satisfaz, porque por outro lado percebemos que em termos do sentimento do que é o acompanhamento em termos de serviço de saúde, a população da nossa cidade e da região do Alto Tâmega, ainda nos dá um feedback que não é de longe, nem de perto, aquele que nós pretendemos. Sendo assim não devemos cruzar os braços, devemos avaliar concretamente e em específico aquilo que se está a passar e chamar à responsabilidade quem tem essa responsabilidade.

Retomando a questão da Proposta apresentada pelo PSD, que como atrás disse, é defensiva, relativamente a algumas declarações que vieram a público, e a nós Partido Socialista parece-nos bem, ela não aporta a esta Assembleia nada mais do que um conjunto de questões, um pedido de um conjunto de informação, que este Órgão já tem pedido através do canal mais adequado – O Senhor Presidente da Câmara. É através dele que nós pedimos essa informação para podermos melhor avaliar, melhor ajuizar e melhor definir os argumentos relativamente àquilo que pretendemos e pretendemos sustentar – um Serviço Nacional de Saúde público, com qualidade que a todos sirva melhor e com equidade. Sendo assim e dado que também nós consideramos que a questão do pedido dos argumentos relativamente à não constituição de uma Unidade Local de Saúde em Chaves é absolutamente extemporânea, porque foi aqui debatida, foi discutida, foram pedidos esses elementos, que nunca nos chegaram em termos objectivos e concretos. O processo avançou, o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, suponho que em 27 de Setembro de 2006, solicitou a esta Assembleia um mandato para tomar uma decisão em relação ao que se pretendia no aspecto da saúde. Nessa altura o Senhor Presidente apenas nos colocou dois caminhos – a integração no Centro Hospitalar, ou mantermos o nosso Hospital com a sua identidade tal como estava; é certo que a Assembleia Municipal não foi absolutamente esclarecedora e o Senhor Presidente tomou a posição que naquele momento considerou mais adequada, que apontaria para o futuro, que traduziria melhoria em termos de saúde para a nossa Região e constituiu-se o Centro Hospital de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Neste momento temos essa realidade, mas também se nos exige, enquanto responsáveis políticos, que acompanhem toda a evolução desta realidade. Os dados que são pedidos na Proposta apresentada pelo PSD, são absolutamente aceitáveis. Concordando com a generalidade da Proposta, em termos de pedido de



informação, consideramos também que, certamente, nós flavienses temos condições para criar os Grupos de trabalho, as Comissões que entendermos, para acompanharem esta avaliação. Em relação a esta matéria em concreto o que o Partido Socialista pensa e dirijo este repto ao Senhor deputado Nelson Montalvão, é que nós próprios deveríamos manter ou reconstituir uma Comissão dentro desta Assembleia Municipal, para fazer o acompanhamento no que respeita aos dados solicitados e a tudo o que possamos pedir para enriquecer a nossa informação sobre esta matéria, para também termos uma opinião relativa ao local, ao momento e aos protagonistas em relação aos quais devemos intervir, sempre na prossecução deste objectivo que é melhoria dos cuidados de saúde para as nossas populações”.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse não entender porque é que o Partido Socialista considera esta Proposta extemporânea, mas compreende que é sempre mais fácil criticar do que apresentar sugestões/propostas válidas.

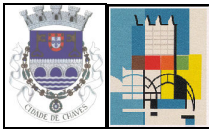
“ Sobre esta questão gostaria de saber concretamente, qual a posição oficial do Partido Socialista. Ouvi com muita atenção a intervenção do Senhor deputado Anselmo Martins e ouvi também, com muita atenção a Senhora deputada Paula Barros, mas fiquei sem entender a posição oficial do PS. É a que defendeu o Senhor deputado Anselmo Martins ou a que defendeu a Senhora deputada Paula Barros?

*(Da bancada, o Senhor deputado Anselmo Martins, esclareceu que o que disse na sua intervenção é de índole meramente pessoal).*

Se o Partido Socialista quiser tomar uma posição gostaria de saber qual é na realidade a sua posição oficial. A Senhor deputada Paula Barros veio aqui defender o que é indefensável; consegue vislumbrar ganhos e perdas na integração da Unidade Hospitalar de Chaves, que para mim é uma habilidade política que mais parece a lei de Lavoisier – na natureza nada se perde, tudo se transforma. E efectivamente a Unidade Hospitalar de Chaves transformou-se para pior, para mal dos flavienses e de todo esta Região do Alto Tâmega. Já estamos habituados a pedir elementos sucessivamente, sem que tenham sido dados. O Partido Socialista, a nível nacional, não presta esclarecimentos nem dá respostas às populações.

No seu discurso tenta claramente imputar a responsabilidade da Saúde e da questão do Hospital de Chaves ao Senhor Presidente da Câmara de Chaves, mas a Senhora sabe perfeitamente que a questão da saúde é única e simplesmente da responsabilidade do Ministério e do Governo. Não vale a pena vir com a velha tática do Partido Socialista, a tentar atirar com as culpas dos seus erros e decisões a nível nacional para o poder local. Não nos parece que isso seja correcto nem que seja o canal mais adequado; o canal mais adequado para responder sobre a Unidade Hospitalar de Chaves é o daqueles que têm a responsabilidade de decidir sobre esta matéria - o Governo - seja ele qual for. Neste momento é o Partido Socialista que está no Governo, mas poderia ser o Governo do meu partido. O que aqui está em causa é a nossa Unidade Hospitalar e não a questão partidária.

Foi referido pelo PS e pela CDU a recriação, ou criação de uma nova Comissão de Acompanhamento. Lembro que na devida altura foi o PSD que apresentou essa Proposta nesta Assembleia, para criar e abdicou que fosse do PSD para a formar com elementos de todos os Grupos Políticos com assento neste Órgão Autárquico. Isto porque na altura entendeu e continua a entender que a saúde não é uma questão política, mas de todos nós e temos de nos unir para a defender. Se a Comissão não foi extinta cabe a quem a presidia, aos membros que a integravam marcarem nova reunião e deliberarem o que entenderem para tomar as de marches necessárias para bem da nossa Unidade Hospitalar. Sem prejuízo do trabalho que a Comissão possa fazer, esta Assembleia Municipal tem toda a legitimidade para aprovar uma Proposta e pedir explicações à Senhora Ministra da Saúde.



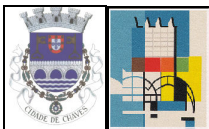
Numa Assembleia anterior tive o cuidado de ler a declaração de voto do Partido Socialista sobre esta matéria, à “Moção” apresentada pela CDU. Foi efectivamente no dia 26 de Setembro de 2006. Nessa altura o PSD absteve-se na votação porque dizia claramente que defendia e mantém a posição de continuar a defender a Entidade Pública Empresarial em Chaves ou a Unidade Local de Saúde. Foi esta a nossa declaração de voto e é isso que continuamos a defender. Castelo Branco, numa fase inicial, também fez parte do Centro Hospitalar da Covilhã e neste momento tem uma Unidade Local de Saúde. Então porque Chaves não poder ter os mesmos privilégios? **PAULA CRISTINA DE BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS** do PS – usou novamente da palavra para dizer que se alguém falou de uma forma suprapartidária em relação a esta questão da saúde foi o Partido Socialista.

“Gostava de dizer ao Senhor deputado Nelson Montalvão que provavelmente se preparou em casa para responder a uma intervenção, que não foi aquela que aqui proferi, porque senão não se tinha equivocado num conjunto de coisas que disse. Reitero o que disse em nome do Partido Socialista e o que disse foi que a questão da saúde para nós só tem um objectivo – a melhoria da qualidade do serviço de saúde prestado às populações. Por essa razão não estamos aqui a discutir quem apresenta propostas ou não. Quem trouxe esta matéria a debate nesta tribuna foi o Senhor deputado Nelson Montalvão e não me parece que lhe fique bem. Parece-me sim que esta questão deve ser olhada do ponto de vista que aqui foi apontado, que inicialmente nos pareceu ser o sentimento do Partido Social – Democrata e que eu inclusivamente louvei.

Certamente o Senhor deputado Nelson Montalvão não ouviu o que eu disse, porque se assim fosse não responderia de forma que o fez. Reitero o que eu disse em nome do Partido Socialista. É nossa obrigação, enquanto responsáveis políticos olhar para o que temos, olhar para os dados objectivos que nos facultam e que são públicos e a partir daí fazer a análise entre o que difere; entre esses dados objectivos e o sentimento que nos é veiculado pelas nossas populações e a partir daí definirmos claramente onde devemos intervir. No que respeita a uma Comissão ou um Grupo de trabalho, saído desta Assembleia Municipal e que acompanhe este processo, da parte do Partido Socialista não ouviu falar em reactivação porque falar em reactivação, neste momento, seria uma ofensa ao sistema democrático que temos. Neste momento temos uma nova Assembleia Municipal e se assim o entendermos, se assim o quisermos e se assim o decidirmos, esse Grupo de Trabalho sairá desta Assembleia Municipal e se isso vier a acontecer, em nome do Partido Socialista, digo que será um Grupo com um mandato preciso, em termos de objectivos e em termos de tempo para que não andemos mais a brincar às figuras jurídicas, confundindo as nossas populações, em vez de lhe darmos o que elas pretendem, que é uma resposta cabal, eficiente e de qualidade no que à saúde diz respeito”.

**BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES** do PS – usou da palavra dizendo que está a falar em seu nome exclusivamente pessoal, sobre esta matéria, mas preocupada com a situação.

“ Reconheço que existe preocupação pelos serviços prestados, quanto aos serviços de saúde e também quanto à própria gestão do Hospital. Parece-me que existe uma preocupação que não é uma particularidade de Chaves, mas sim uma questão também nacional. E há outros dados objectivos que as pessoas comentam. Temos a tendência a memorizar melhor o que se comenta de negativo, sobretudo se formos oposição ao Governo, mas também há que memorizar outras coisas, nomeadamente o facto de que antes tínhamos de ir ao Porto para obter uma série de serviços e agora temos esses mesmos serviços em Vila Real. Preferíamos que estivessem em Chaves, mas também já não estão no Porto. Isto é objectivo.



Também é objectivo que teremos sempre um Centro Hospitalar em Vila Real; o que não me parece objectivo é alterarmos agora a figura jurídica e vir pedir uma desanexação, porque já não queremos integrar o Centro Hospitalar, mas queremos ter uma Unidade Local de Saúde. O que vai ser esta Unidade Local de Saúde? Vai ser uma estrutura jurídica com um orçamento bem magro e que há semelhança das outras estruturas não vai conseguir contratar grandes especialistas porque eles não estão a cair do céu.

O que eu peço é que esclareçam de uma vez por todas que, se realmente querem para Chaves um grande Centro de Saúde que faz análises, consultas de clínica geral, de medicina interna, sem especialidades, vão continuar a ir a Vila Real e à Régua, porque não há outra solução. Eu quero melhores cuidados de saúde, mas não é a figura jurídica que vai alterar esse pressuposto.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – pediu o uso da palavra no direito de resposta à intervenção da Senhora deputada Paula Barros e disse:

“ Quando fez a sua intervenção sobre esta matéria, não estava distraído e ouvi-a com toda a atenção. Também não preparei qualquer intervenção em casa para lhe responder. O Grupo Municipal do PSD preparou a Proposta que está em análise, tendo em vista a contribuição para a resolução de um problema. Não gosto responder às intervenções efectuadas pelo demais, e muito menos no tom e com as insinuações que a Senhora deputada fez. Se ouvir a gravação verificará que foi usado termo recriar ou reactivar. O que está em questão não é isso mas sim a minha intenção de esclarecer esta Assembleia sobre uma Proposta que o Grupo Municipal do PSD apresentou. Respondo agora à sua intervenção porque fui citado.

Quem classificou a Proposta do PSD extemporânea, foi a Senhora Deputada”.

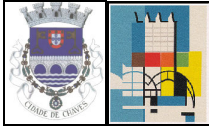
**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e em seguida disse que iria usar da palavra porque foi citado.

Julgava que aqueles que continuam a tentar ligar o funcionamento do Hospital ao Presidente da Câmara tivessem aprendido alguma coisa no dia 11 de Outubro, mas parece que continuam a recusar-se a aprender.

Há hoje aqui uma inovação. Eu para responder ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenho de responder a pessoas e ao próprio Partido Socialista. É o começo de uma nova etapa política. Vou então responder às questões colocadas, algumas das quais continuam a ser falseadas, na sua realidade. Mas como imaginava que isso pudesse acontecer, trouxe comigo os respectivos documentos que passarei a apresentar. Antes, porém, gostava de dizer que a saúde é, efectivamente, um bem de satisfação activa o que significa que as pessoas ou são bem atendidas ou não são, ou são bem tratadas ou não o são. Isto é que é objectivo. A realidade é que hoje, na Unidade Hospitalar de Chaves as pessoas não são bem atendidas e, em muitos casos, não são bem tratadas.

Diz a Senhora deputada Paula Barros que quando apresentei esta questão, o fiz apenas numa dualidade. Ou a integração no Centro Hospitalar ou continuar como estava. A 19 de Julho de 2006 há uma Proposta para a criação da Unidade Local de Saúde, que está aqui e que a Assembleia Municipal sancionou no sessão realizada no dia 28 de Julho de 2006. Esta Proposta para a Criação da Unidade Local de Saúde tinha nos seus considerandos algumas das situações que, de certa forma respondem a algumas dúvidas que aqui foram levantadas sobre aquilo que é uma Unidade Local de Saúde. Na altura apenas existia a Unidade de Matosinhos e não me consta que alguém, algum dia, pusesse em causa os serviços prestados no Hospital Pedro Hispano – que é a cabeça - e na Unidade de Matosinhos.

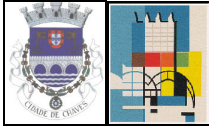
Não nos foi dada nenhuma resposta para a não-aceitação da Unidade Local de Saúde em meados de 2006, mas no início de 2007 foi publicado um Decreto-Lei com a criação do Centro Hospitalar, sem qualquer resposta à nossa Proposta. Não há



respostas, não há consultas, há simplesmente a criação desta Unidade – CHTMAD - onde é integrada a Unidade Hospitalar de Chaves, sem qualquer resposta objectiva, com excepção das conversas havidas com os autarcas do Alto Tâmega. Portanto, à época, a Unidade Local de Matosinhos era única, foi criada com uma função específica que era “irreproduzível” no resto de País. Entretanto logo a seguir o Governo criou uma em Beja e outra em Viana do Castelo. Em 2008 foram criadas as da Guarda e Castelo Branco. E é uma coincidência que todas elas estejam sedeadas em autarquias lideradas por autarcas do Partido Socialista. O Caso mais elucidativo é o das unidades criadas mais recentemente em Castelo Branco e na Guarda, que conjuntamente com a Covilhã constituem um único Centro Hospitalar. Se isso foi possível também é possível criar uma Unidade Local de Saúde em Chaves, no contexto do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a mesma fundamentação que se criou a da Guarda ou a de Castelo Branco. A situação é semelhante à nossa, sobretudo a da Guarda que em termos de população, em termos de área, em termos de geografia do terreno. Temos de lutar para que sejamos considerados iguais, em termos de respostas nas situações de natureza semelhantes. Foi no contexto da criação de novas Unidades Locais de Saúde que, no início deste ano, escrevemos à Senhora Ministra da Saúde, não só pedindo-lhe uma audiência, mas voltando a colocar-lhe a questão da Unidade Local de Saúde. Já em Fevereiro de 2008 endereçámos uma carta à Senhora Ministra nesse sentido e em Janeiro de 2009 voltámos a colocar-lhe, por escrito a mesma questão e solicitar essa audiência, a qual teve resposta no mês de Setembro perguntando se ainda estava interessado ou não na audiência. Em Setembro havia eleições Legislativas e, dadas as circunstâncias, entendemos não ser aconselhável reunir com a Senhora Ministra em plena campanha eleitoral. Esta é a realidade.

Relativamente ao Protocolo é um processo completamente diferente. Como se recordam, no seguimento da integração da Unidade Hospitalar de Chaves no CHTMAD, saiu uma proposta de Reorganização das Urgências no País. E nessa proposta a Unidade de Chaves devia ter uma Urgência Básica. A luta que se travou em Fevereiro de 2007 foi exclusivamente na defesa da manutenção de Urgência Médico Cirúrgica em Chaves. O Protocolo, que é o único em que participa a Câmara Municipal de Chaves só refere, rigorosamente, essa situação. A Defesa da Urgência Médico Cirúrgica em Chaves, nada mais. Foi esse Protocolo que efectivamente assinei em Vila do Conde, conjuntamente com os Presidentes de dois outros Concelhos e que foi presente em reunião do Executivo, mas que farei fotocopiar e distribuir na próxima Assembleia Municipal, para conhecimento claro e definitivo, de todos.

Tudo o que se refere à criação a Unidade Local de Saúde consta das actas deste Órgão, mas se for necessário fotocopia-se também e distribui-se novamente, apesar de todos os membros desta Assembleia terem na sua posse as actas, nomeadamente a de 28 de Julho de 2006, bem como as cartas que foram remetidas à Senhora Ministra da Saúde. Isto porque, efectivamente, o que está em causa e penso que todos estamos de acordo é que as pessoas estejam satisfeitas com o serviço de saúde. No momento actual e nas actuais circunstâncias isso não acontece razão porque subscrevo a intervenção do Senhor deputado Anselmo, quando diz que há evolução do pensamento nas pessoas; em determinada circunstância podemos pensar que determinada solução é a mais adequada, mas se verificamos que não é, será pior não tentarmos uma nova solução em vez de insistir naquela que já verificamos que não resulta. É claro e comprovado que a actual solução não dá resultados, por isso temos a obrigação de lutar por outra diferente e nova que nos sirva.



Conheço situações específicas de médicos que estavam no Centro de Saúde no passado dia 24 de Dezembro, para atender as pessoas que ali se dirigissem e enquanto a urgência na Hospital de Chaves “entupiu” o Centro de Saúde estava vazio de atendimento. Isso significa que uma Unidade Local de Saúde resolvia, à partida, esta situação, porque os médicos em vez de estarem no Centro de Saúde estavam no Hospital e o atendimento seria muito mais rápido e melhor. É que ao Hospital não acorrem só pessoas que necessitam de médicos de especialidade. Acorrem essencialmente pessoas que necessitam de médicos de clínica geral. E há uma situação em que uma Unidade Local de Saúde traz vantagens sobre outras soluções e foi aqui referida pelo Senhor deputado Manuel Cunha. É que a articulação, a gestão dos recursos médicos da saúde teria a enorme vantagem de receber bem os utentes, porque os médicos que aqui estão conhecem as pessoas e não dão alta a uma pessoa que resida, por exemplo, em Salto – Montalegre - à uma hora da manhã mas esperam até às sete do dia seguinte; além de conhecer as pessoas e de as receber bem, cuidam-nas bem porque nós temos aqui bons profissionais de saúde. É o que nós queremos para uma Unidade de Saúde para o Alto Tâmega.

Nesta data os autarcas do Alto Tâmega têm uma audiência pedida, a título de urgência, à Senhora Ministra da Saúde. Aguardamos com expectativa e com optimismo e tudo faremos para reunir condições que permitam tratar melhor os nossos cidadãos.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** lembrou que com o período “Antes da Ordem do dia” já foi utilizada mais de hora e meia e ainda existe o “Período da Ordem do dia” para cumprir.

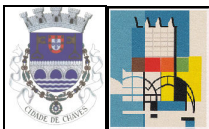
**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – usou de novo da palavra para pedir ao Senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse se é pensamento dele que todos os deputados municipais têm de estar obrigatoriamente integrados numa estratégia partidária.

“ Eu penso que não. Perder e ganhar, em democracia é demonstrativo da saúde democrática de uma sociedade. Quando ao dia 11 de Outubro reconheci perfeitamente a sua vitória e pessoalmente felicitei-o por ela”.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS** do PS – usou de novo da palavra e disse:

“ A preocupação que este tema causa a todos leva a que as pessoas ouçam o que não foi dito, não ouvem o que se disse e a partir daí orientam o discurso ao sabor daquilo que consideram melhor; certamente que em termos de nobreza de sentimentos apreciamos a melhoria dos cuidados de saúde em Chaves e no Alto Tâmega.

O Senhor Presidente referiu-se à minha intervenção como se a questão da Unidade Local de Saúde se tivesse esgotado num determinado momento. Para esclarecimento e só em relação ao que eu disse refiro que na acta do dia 27 de Setembro de 2006, o Senhor Presidente colocou a esta Assembleia a questão tal qual eu aqui a coloquei. Percebendo que essa acta me poderia fazer falta trouxe-a comigo, tenho-a aqui na minha frente e basta ler uma frase para lhe fazer perceber que de facto o Senhor confrontou esta Assembleia. E eu não estou a classificar, estou só a constatar factos e a procurar clarificar o que disse e passo a citar: ...” «cumprirei fielmente a decisão que esta Assembleia tomar, mas não podemos esconder-nos atrás das palavras, deixando que outros tomem decisões para depois criticar e eu quero saber, em nome da ética e da dignidade política, nas circunstâncias actuais, com o Governo a não aceitar a criação de uma Unidade Local de Saúde, qual é efectivamente a posição das forças políticas aqui representadas. Compete a esta Assembleia tomar uma decisão clara e dizer se aceita a Proposta do Governo ou se deixa tudo conforme está. A decisão final será tomada até ao final do



ano». Isto foi dito pelo Senhor Presidente e confrontou esta Assembleia com isso. Não estou apenas a procurar repor só a verdade dos acontecimentos porque não vim dizer aqui um conjunto de falsidades em relação ao histórico e entendo que nem é isso que nos deve mover e preocupar. O que nos deve preocupar é o objectivo que já aqui enunciei por diversas vezes – a melhoria dos cuidados de saúde. Para isso o Senhor Presidente sabe bem que a nós compete acompanhar, avaliar, verificar onde estão os obstáculos e os estrangulamentos.

O Senhor Presidente avançou com a questão da Unidade Local de Saúde, mas o que vamos votar, presumo, é a Proposta apresentada pelo Partido Social – Democrata que solicita um conjunto de documentos que permitam acrescentar informação a todo este processo. O PS quer estar bem esclarecido em relação ao que vai votar”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que o que efectivamente está para ser votada é a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. Tudo o que foi dito pelos Grupos é da responsabilidade de cada uma das partes.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que a propósito de se dizer que está muita gente a falar e pouca gente a ouvir a CDU propõe duas adendas à Proposta do PSD.

**1ª.** Exigir da Administração do Centro Hospitalar e do Ministério da Saúde medidas de emergência, em relação ao momento que atravessamos. A urgência do Hospital de Chaves e o internamento estão em rotura. O texto em apreciação delega muito no tempo e penso que não fica mal à Assembleia Municipal elaborar uma Proposta a exigir medidas de emergência para situações de emergência que são reais.

**2ª.** Que a Proposta acrescente que a Assembleia Municipal cria já a Comissão para a melhoria do funcionamento do Hospital de Chaves. Que isso fique concretizado na Proposta.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD - usou de novo da palavra para dizer ao Senhor deputado Manuel Cunha que, contrariamente a outros partidos que apenas criticam, ele apresenta propostas úteis e o PSD acede a introduzir as duas “adendas” na Proposta e que este seja enviada em nome da Assembleia Municipal de Chaves.

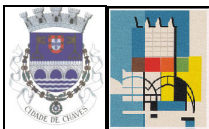
**O PRESIDENTE DA CÂMARA** – usou novamente da palavra para responder às intervenções dos Senhores deputados:

- À Senhora deputada **Paula Barros** quero referir que não está em causa o que disse na sessão de 27 de Setembro que assumo, subscrevo e hoje diria exactamente o mesmo. O que está em causa é que antes – 28 de Junho – está na acta claramente a proposta que foi apresentada, mas isso a Senhora deputada não comentou, mas que num contexto de clareza devia ter referido.
- Relativamente ao Senhor deputado **Anselmo Martins** devo dizer que se há alguém que sabe o que é ganhar e perder em democracia sou eu, porque perdi antes de ganhar. A mesma dignidade com que perdi é a mesma dignidade que pretendo manter tendo ganho. A resposta clara à sua questão é óbvia. Aquilo por que esta Assembleia Municipal, no que respeita à saúde, deve pugnar é por uma atitude e por uma posição suprapartidária, que defenda as populações e os cuidados de saúde.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** disse que esta Proposta é subscrita pelo Partido Social – Democrata com as adendas introduzidas pelo Grupo Municipal da CDU. Uma com a necessidade de resolver com brevidade a situação do Serviço de Urgências do Hospital de Chaves e a outra é a constituição de uma nova Comissão para defesa do Hospital de Chaves, na defesa do interesse das populações.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de Minuta para seguimento imediato.*





Neste período “Antes da Ordem do dia” usaram ainda da palavra os seguintes deputados:

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – felicitou o Executivo Municipal e demais responsáveis técnicos e políticos pela estratégia de sucesso que têm vindo a ser paulatinamente implementada no que respeita às Termas de Chaves. “Com efeito as Termas de Chaves foram de novo agraciadas com mais um prémio de qualidade dos seus Serviços. Esta é já a sexta vez, desde o ano 2002, que a Unidade Termal é contemplada com troféus de qualidade, um dos quais de âmbito internacional. Assim, no âmbito dos programas de saúde e termalismo sénior do INATEL e na sequência dos resultados dos questionários de avaliação relacionados com a qualidade dos serviços prestados pelos vários Balneários Termais, as Caldas de Chaves arrecadaram mais um prémio há semelhança do que aconteceu nos anos 2002, 2004, 2005, 2007 e 2008.

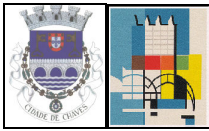
Neste ano que está a terminar, num curto espaço de cerca de cinco meses, ocorreram três actos eleitorais, e queria sublinhar as vitórias esmagadoras que o Partido Social – Democrata conseguiu ao nível local, o que muito nos orgulha, mas acima de tudo e ao mesmo tempo nos responsabiliza, para que possamos continuar a ter um desenvolvimento sustentável do nosso Concelho. Gostaria ainda de desejar os votos de um bom mandato aos Senhores Vereadores pela primeira vez eleitos – Dr. Paulo Alves e Dr. Fernando Carvalho Montanha – e felicitar o Senhor Arq. Carlos Castanheira Penas, na sua qualidade de Vice-Presidente da Câmara. Desejo ainda ao Senhor Vereador António Cabeleira as maiores realizações, não só ao serviço do Município mas também ao serviço da República.

**FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS** do PS – disse que na última Assembleia Municipal surgiu um problema com a ordem de trabalhos, nomeadamente a não indicação, no último ponto, das representações deste Órgão nas várias Instituições, dado que teria de haver a indicação de nomes.

“Essa situação era importante tanto mais que tinham ser indicados de imediato, não podendo esperar ou adiar-se. Com boa vontade e algum esforço conjugado, foi esta situação ultrapassada, tendo sido apresentado um pedido de desculpas, que naturalmente foram aceites, baseados no princípio de que todos erramos e um lapso qualquer um tem.

Agora houve novo lapso impedindo que, até à preparação desta reunião, não nos fosse possível visualizar documentos, concretamente um - a fundamentação da proposta. Tratava-se do documento que tem por título «Gestão Financeira e Patrimonial», documento esse incompleto, uma vez que faltavam as páginas pares, aparecendo apenas as numeradas com o nº. 1,3,5,7 etc. É apenas mais um lapso que deverá ser desculpado e não tenho dúvidas que poderá ser desculpado, mas que parece que começa a fazer de escola. Apesar de toda a compreensão possível começamos a ter a sensação que as coisas estão a ser feitas um pouco em cima do joelho, perdoe-se a expressão. Sem qualquer recriminação sincera, ou mania de perfeccionismo pede-se um pouco mais de cuidado na elaboração destes documentos, de forma a evitar precipitações desnecessárias no primeiro caso e desconhecimento quase absoluto de um texto que fundamenta deliberações e propostas, no segundo. Solicita-se assim, ao Senhor Presidente da Mesa, que dê instruções no sentido de actuar de molde a evitar que estas situações se repitam, o que agradecemos desde já.

Estive fora de Chaves nesta quadra, durante uns dias e viajei por algumas cidades da dimensão da nossa e em todas elas vi decorações sóbrias de natal, grande movimento de pessoas, música no ar e limpeza nas ruas. Vi coisas simples que saltam aos olhos e dão bom efeito estético. Quando regresssei a comparação foi inevitável; desde algum tempo que Chaves se vê suja, com folhas de árvores, que



efectivamente têm de cair, e sem movimento. Não obstante a crise, parece que algumas pessoas têm a tristeza estampada no rosto, pessoas que vão circulando às vezes vagarosamente. Há conhecimento pessoal de várias pessoas que estão a sair para outras cidades e não só para o estrangeiro, à procura de melhor sorte, para onde, muitas delas, vão ainda sem emprego definido. Penso que nunca senti isto como o senti recentemente. A Cidade de Chaves está sem capacidade de fixação e atracção; nada vem de novo, nada muda para melhor. Aquela cidade que conhecíamos está sem vida, sem alegria, sem dinâmica, sem movimento. Não se pode liderar quem nos é superior, não se pode liderar se não formos melhores e para isso é necessário ter capacidade de fixação e atracção de gente. Nada adiantará um Polis ou outra obra parecida se não existir gente para usufruir. Para nada servem esplanadas, habitações, lojas, restaurantes, se não há pessoas instaladas para as poder usar. Não se vai montar uma bomba de gasolina num deserto. Nesta quadra viu-se isso perfeitamente. A cidade definha e está em plano inclinado, quase a ponto de escorregar. Desta escorregadela pode resultar um trambolhão, do qual podem resultar fracturas que a inibam de andar. O poder muitas vezes afasta da realidade. Às vezes para vermos melhor temos de nos afastar um pouco e para se ver mais longe temos de nos aproximar mais. Será que a Câmara se tem afastado um pouco ou aproximado de mais para ver melhor ou ver mais longe? Muito honestamente parece-me que não, a julgar por aquilo que se vai ouvindo e vendo. E estará a tempo de o fazer? Sim? Honestamente também creio que está, mas para isso terá de haver vontade política, o que me parece não existir neste momento. Ou então e o caso será mais grave, não estará a ver bem as coisas. Quem estiver atento não poderá deixar de concordar, vai mal a cidade de Chaves por este caminho.

No dealbar do novo ano, aguardo, com esperança, sinais de mudança evitando que esta Câmara se possa transformar, dentro de quatro anos numa comissão liquidatária, depois de todas as afirmações de grandeza, de liderança, de grandes projectos reais ou irreais serão poucos e vazios, de nenhum sentido, quase ridículos, fazendo contra ponto com a realidade que nada adiantará colocar “cito sobre o manto, a nudez crua da verdade, o manto diáfano da fantasia”.

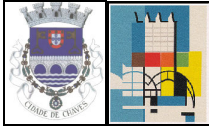
**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** respondeu ao Senhor deputado Pinto de Barros dizendo que tem razão sobre a falta das folhas que falou. De facto houve um lapso na tiragem das fotocópias, mas foram distribuídos CDS. No seu caso foi verdadeiramente excepção que não foi deliberada, como deve calcular.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – desejou a todos um Bom ano político e disse que ficou satisfeito por terem votado a proposta por unanimidade.

“O Senhor deputado Pinto de Barros tem andado distraído. Pela sua intervenção o Senhor está a chamar parvos aos flavienses, que no dia 11 de Outubro deram uma vitória estrondosa ao PSD e a esta gestão camarária. Com a sua forma de pensar um destes dias se o Rio Tâmega deitar fora o Senhor vem aqui dizer que o PSD e a Câmara são os culpados disso. O Senhor sabe que por força do mau tempo que tem vindo é impossível recolher todas as folhas que caem nas ruas. Não me diga que é por isso que o Senhor diz que a cidade está suja. Se o fizesse no Verão em que com a seca há mais proliferação de resíduos e cheiros, seria entendível, agora não”.

**FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS** do PS – disse que há aqui algum erro de comunicação porque não está a entender.

“Sinceramente também não entendi a intervenção do Senhor deputado Pimentel Sarmento e desde logo porque referiu coisas que eu não disse. Transmiti a minha opinião e no Verão não tive a oportunidade de falar nessa situação, mas não me referi a Verão ou Inverno, nem às cheias, havendo aqui uma série de confusões que muito sinceramente já podia ter o meu cigarro fumado”.



**LUÍS DIAS DE CARVALHO** do PSD – usou da palavra para reconhecer publicamente uma atitude louvável por parte da Câmara Municipal, pelo facto de ter adjudicado a obra de restauro do adro da Capela de Santa Comba da Granjinha. Trata-se de um monumento românico, dos mais antigos, do Concelho de Chaves e digno de ser visitado; situa-se logo a seguir ao Bairro das Casas dos Montes, antes de chegar a Valdanta.

Esta intervenção é muito útil porque vai salvaguardar um monumento que sofreria danos irreparáveis se esta obra não fosse feita da forma que vai ser feita. A Câmara está de parabéns por esta iniciativa.

**MANUEL NORBERTO DA COSTA SANTOS** DO PSD – depois de cumprimentar os presentes disse:

“ Este ano que se aproxima do fim, não nos deixa qualquer tipo de saudades. É dos piores anos para os Portugueses, quer na vertente social, quer nas vertentes económica e financeira.

Numa época em que se festeja a família, é cruel ver a taxa de desemprego que flagela a sociedade, que não pára de aumentar e para a qual não estão a ser empreendidas as necessárias reformas para a combater, ou pelo menos, mitigar. Em Outubro a taxa de desemprego atingia os 10,2%, mais de ½ milhão de portugueses desempregados.

O desfasamento entre o poder de compra dos portugueses e o dos restantes europeus é abissal: em lugar de progredirmos ao encontro dos países europeus com melhor nível de vida, aproxima-nos de Chipre e, com este rumo, não tarda nada ficaremos a par da Letónia e a caminho do terceiro mundo. No entanto trabalhamos muito, mas os impostos – quer os directos, quer os indirectos – levam-nos quase tudo. Somos dos países mais pobres da Europa. As medidas correctivas não foram tomadas em tempo oportuno, porque vinham aí as eleições e agora continuam a ser adiadas; as prioridades são outras, senão vejamos dois exemplos: Quando o País está mergulhado numa grave crise económica e orçamental, o importante é a regionalização; quando o país tem uma das mais baixas taxas de natalidade da Europa, o Primeiro - Ministro em vez de apostar em políticas de apoio à família, quer alterar, profundamente, a noção de casamento.

O governo foi rápido a justificar os desvios das metas traçadas, com a crise e suas nefastas influências, mas ela não explica tudo. Muitos dados importantes foram-nos selectivamente ocultados na última legislatura, mas tenho a convicção que serão paulatinamente descobertos e, então, saberemos verdadeiramente o estado das nossas finanças públicas. Fruto da gestão pouco cuidado do governo, o país vê o seu PIB de tal maneira comprometido com a dívida pública, (ameaça atingir os 100% do PIB quando deveria rondar os 60%), que a nossa credibilidade como bom pagador, é revista em baixa e as taxas dos empréstimos internacionais agravadas. As projecções feitas pela agência Standard & Poors, implicam uma vida mais difícil para os portugueses. Os empréstimos vão ser mais selectivos e dispendiosos, já que internacionalmente o dinheiro, para nós é bastante mais caro. É a prova da nossa pelintrice.

Um dos sectores que nos pode ajudar a sair da crise, é o sector primário. No entanto este sector foi abandonado, desprezado e os últimos anos caracterizaram-se pela ausência de medidas políticas incentivadoras de investimento e de investigação.

É com preocupação que se olha para a marginalização da produção, em detrimento da comercialização e ao apagamento da imagem do agricultor. Paradoxalmente, muito se fala no campo, no turismo de natureza, no turismo rural e esquecem-se de quem constrói essas belas paisagens – os agricultores. Sem eles esse mundo rural não existia. Muitos esquecem-se que os Parques Naturais existem, porque aquelas terras, aquelas paisagens foram feitas pelos agricultores. Por variadíssimas razões a

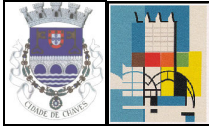


imagem do agricultor não tem sido valorizada, nem pela sociedade nem pela classe política. Que o novo ano traga uma nova mentalidade.

O sector primário, agricultura e pescas, estão depauperados, pese embora os milhões que a comunidade nos disponibiliza através do PRODER, que nasceu torto e que tarda em se endireitar.

Um país que não possui um sector primário forte e pujante, não pode aspirar a ser um país rico e, em termos estratégicos, é um país vulnerável. De acordo com os últimos dados do INE, o rendimento da actividade agrícola deverá diminuir 2,9% em 2009. A primeira estatística das contas económicas da agricultura para 2009, indica que o VAB (Valor Acrescentado Bruto) da actividade agrícola deverá decrescer 1,5% em termos nominais. O rendimento de factores deverá baixar 5,3% na sequência do decréscimo do VAB e a M.O manterá a tendência decrescente. Estima-se que varie 2,9%.

Portugal tem uma excessiva vulnerabilidade em termos estratégicos, na área alimentar. Dependemos excessivamente do exterior ao importarmos 75% do que consumimos. O défice da balança de pagamentos no sector agro-alimentar demonstra que Portugal é altamente dependente em relação aos produtos alimentares que consome, que é da ordem dos 3.000 milhões de euros. Por incrível que lhes possa parecer, o nosso país só é auto-suficiente em duas produções – vinho e leite (107%). E a auto-suficiência em termos dos restantes produtos tem vindo a decrescer assustadoramente.

*Importamos carne.* A evolução recente da produção de carne de bovinos no que ao auto-aprovisionamento se refere, demonstra uma diminuição preocupante para níveis ligeiramente superiores a 50%. Outro exemplo alarmante é o da produção da carne de suínos. Em 1993 produzíamos 100% da carne que consumíamos. Em 2008 desceu para 60% e em 2009 para 45%.

*Importamos hortícolas.* A balança comercial é deficitária e tem vindo a aumentar em termos de montante financeiro; situa-se nos 46%.

*Importamos fruta.* Há vinte anos éramos excedentários.

*Importamos peixe.*

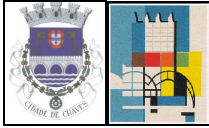
*Importamos azeite.* 50% do azeite consumido é importado de Espanha.

Face à nossa localização periférica, em caso de conflitos, como guerras, greves, de carência de combustíveis ou de carência alimentar (as mudanças climáticas que já se sentem) poderão surgir problemas nos abastecimentos de produtos agro-alimentares. Ainda nos lembramos da greve dos camionistas em Junho de 2008, que foi breve, mas afectou o equilíbrio social e conduziu à carência de bens alimentares. As últimas intempéries, que segundo alguns meteorologistas não passam de ligeiros espirros do tempo, fizeram disparar o preço da alface de cerca de 0,80€ para 4€/kg.

A produção de bens alimentares é, para além de necessária cada vez mais estratégica para a nossa sobrevivência e equilíbrio social.

Não tem existido e não existe preocupação política para enquadrar estrategicamente o sector primário. Como por exemplo promovendo o consumo de produtos locais e da época, divulgando exaustivamente os benefícios da dieta mediterrânea e incentivando o retorno às hortas caseiras, face ao abandono da agricultura e despovoamento do mundo rural. Os interesses vitais têm de estar salvaguardados, pois existe uma necessidade mínima de auto-suficiência alimentar. Compete ao estado efectuar a inversão desta situação.

Existem caminhos e soluções para ultrapassarmos muitos dos problemas e constrangimentos do sector primário, assim o governo queira dar ouvidos aos técnicos, às organizações, aos empresários e aos restantes partidos.



*Ao Dr. Medina Carreira.*

Faço votos para que a nova equipa do MADRP, tenha um posicionamento mais próximo do sector, que detenha peso político e seja tecnicamente forte.

Relativamente ao sector primário do nosso concelho, faço votos para que a Câmara que V. Exa. Senhor Presidente, superiormente dirige, adopte as medidas necessárias para facilitar a vida aos agricultores.

Aproveito para desejar que 2010 nos faça esquecer este «ano horrível e nos traga um ano mais justo e mais solidário».

**LUÍS MAUEL AREIAS FONTES** do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Atendendo a que esta é a primeira Assembleia Municipal, com período “Antes da Ordem do Da”, gostaria de dizer quais são as minhas expectativas relativamente ao funcionamento deste Órgão, nomeadamente no que respeita a quatro itens.

Antes de iniciar gostaria de felicitar formalmente o Senhor Presidente da Câmara pela vitória que teve nas últimas eleições autárquicas, com toda a estima que ele sabe que tenho por ele, estima essa que foi sendo construída ao longo de dez anos em que tivemos oportunidade de partilhar o espaço comum que foram as reuniões de câmara.

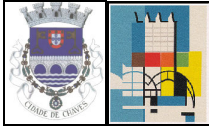
Senhor Presidente, os flavienses conhecem-no, conheciam a sua equipa, conheciam o seu projecto e conheciam a sua obra e decidiram reforçar a confiança no Senhor. Esse é um facto iniludível. Se essa votação tão esclarecedora e tão clara faz presumir que o Senhor vai fazer um bom mandato, não o garante. Já tivemos o exemplo num Presidente anterior de cariz Social - Democrata que teve várias vitórias consecutivas, sendo a última esmagadora e fez um mandato que lhe deu a derrota nas eleições seguintes.

Como atrás disse felicito-o por esta vitória clara e inequívoca, mas gostaria que este argumento não servisse para enfraquecer o debate político. Que não fosse deitado em cara, sempre que dê jeito, porque cada um dos membros desta Assembleia, cada um dos Vereadores da Câmara, cada um dos membros das Assembleias de Freguesia foi eleito com os mesmos votos dos seus pares. Gostaria que as propostas fossem aprovadas ou chumbadas, não tendo em conta a cor dos seus autores, mas sim a sua valia, a sua adequabilidade aos interesses municipais e a sua oportunidade; que não sirva para enfraquecer o debate político.

Nas últimas eleições autárquicas vinte mil flavienses abstiveram-se ou votaram em branco. Esses derrotaram-nos a todos, porque nenhum de nós foi capaz de os convencer a votar nalgum dos partidos que têm assento nesta Assembleia. Vai haver sempre abstenção mas, dos catorze concelhos do Distrito de Vila Real, Chaves só foi superado por Valpaços. Vamos todos, na nossa acção política, no nosso confronto político, contribuir para que nos próximos actos eleitorais haja menos abstenção. Já hoje foi aqui tomada uma medida que vai nesse sentido.

Pela primeira vez temos dois deputados Flavienses na Assembleia da República, que participam nestas reuniões. Espero que, pelo facto de não serem do mesmo partido político e estarem em situações diferentes, que isso não impeça que possam fazer um trabalho conjunto e articulado pelo nosso Concelho. São ambos deputados da República e se fizerem um trabalho articulado, tendo em conta os interesses exclusivamente da nossa região – uma das regiões mais empobrecidas da Europa a quinze – não cometerão certamente, nenhuma falha grave.

Que nesta Assembleia possamos votar com liberdade e com autonomia e que comece a haver uma nova concepção do que são as fidelidades partidárias e a disciplina de voto. Que não se vote com receio de desagradar a alguém, ou de represálias, ou ainda com o objectivo de conseguir contrapartidas. Que cada um de



nós vote com a livre apreciação que faça das propostas. Gostava que déssemos alguns passos nesse sentido, apesar de saber que é muito difícil.

Para terminar peço ao Senhor Presidente da Câmara que nos próximos quatro anos, depois da requalificação das margens do Tâmega, no último mandato, a requalificação das envolventes dos Fortes de S. Francisco e S. Neutel, que fossem tomadas medidas em termos de ambiente, nomeadamente iluminação pública por LED que poupa 60% energia; recolha dos óleos alimentares, tinteiros toners, telemóveis, rolhas de cortiça; o diagnóstico energético ao domicílio feito por técnicos competentes (técnicos da autarquia, mediante um custo); erradicar sacos plásticos dos serviços municipais (papel, pano); painéis solares foto voltaicos em edifícios da autarquia; oferta de contentores para redução do lixo orgânico; biomassa para aquecimento das escolas e jardins-de-infância (aproveitar as aparas das podas das árvores); captação de água da chuva para rega de jardins públicos; nova ETAR (aproveitamento da água para rega – unidade de tratamento de lamas para produção de adubos e fertilizantes e troca dos carros da Presidência e Vereação por veículos híbridos”.

**ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – disse que no próximo ia 25 de Julho de 2010, faz cem anos que faleceu em Vidago o grande benemérito Bonifácio da Silva Alves Teixeira.

“Opulento capitalista, cuja cópia do testamento vou fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitando-lhe que mande distribuir um exemplar a cada um dos Senhores deputados municipais, para conhecimento. É um hino ao civismo e ao desenvolvimento. Nele poderão V. Exas. constatar o belo e digno exemplo de altruísmo, solidariedade e benemerência deste ilustre Vidaguense. Deixou todo o seu património, aplicações financeiras e até objectos pessoais para promover o ensino, formação e bem-estar da população de Vidago e de toda a região. Deixou recursos financeiros suficientes para a construção de duas escolas – sexo masculino e feminino – e uma escola agrícola móvel que tornou possível a formação dos agricultores da zona de Vidago. Deixou ainda dinheiro para a captação, exploração e canalização de água para o abastecimento público de Vidago. Apesar de ter o seu nome numa das principais ruas de Vidago, esta vila e o Município de Chaves ainda não lhe prestaram a homenagem devida, por isso proponho que a Câmara Municipal de Chaves, em parceria com a Junta de Freguesia de Vidago, promovam no próximo ano comemorações dignas do centenário da sua morte, mandando executar uma estátua em bronze que perpetue na memória dos Flavienses, sobretudo nos Vidaguenses, o nome desta personalidade.

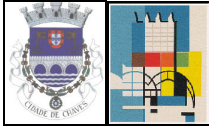
**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – iniciou a sua intervenção dizendo ter entendido que havia quatro pedidos de intervenções marcadas para o Partido Socialista e que cada uma teria a duração de dois minutos e meio. Depois disse:

“Em tempos alertei aqui para o estado de conservação do Parque Infantil no Jardim do Tabolado, junto às Termas. Todos reconhecemos que as crianças são o melhor bem que temos e o Senhor Presidente da Câmara concordou comigo, mas tenho de reconhecer que até ao momento ainda não foram feitas as obras de recuperação/substituição dos equipamentos que se encontram estragados. Aliás aquele Parque tem hoje menos aparelhos do que tinha quando aqui fiz o primeiro reparo. Peço a resolução desta situação para não ter de vir aqui fazer um terceiro reparo”.

Terminou desejando a todos um Bom ano de 2010.

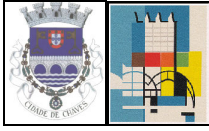
**O PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às intervenções feitas pelos Senhores deputados neste período e pela ordem em que foram proferidas.

- Informou o Senhor Deputado **António Almeida** que o Presidente da Direcção da Vidagus Termas é o Presidente da Câmara; na Empresa IBERÁGUAS era o Senhor



Vereador António Cabeleira, que pediu a suspensão por força da sua eleição como deputado da A.R. Na próxima Assembleia - Geral a Autarquia indicará outro representante, que não será o Presidente da Câmara. A Câmara nunca fez parte dos Órgãos da SOVIP.

- À Senhora deputada **Brigite Raquel** devo dizer que o Município de Chaves tem Conselho Municipal de Educação desde o dia 11 de Abril de 2003. Vir aqui dizer que não existe, não é verdade. Havendo nova legislação há a necessidade de alguma adaptação, mas não se pode dizer que não tem. O que acontece é que ainda não adaptou o Conselho Municipal da Juventude à nova figura legislativa
- Ouvi o Senhor Deputado **Francisco Pinto de Barros** com atenção. Como poesia não classifico, como prosa tenho algumas situações a comentar;  
- Presumo que o Senhor deputado não se tenha enganado na cidade, mas a verdade é que também não fez referência à hora que chegou de volta a Chaves para a ter encontrado deserta. O Senhor deputado vê coisas que muita gente não vê, mas está no seu direito e tem a sua liberdade para questionar. Tenho aqui um documento do INE, que foi utilizado pela Empresa “Águas de Trás-os-Montes” no seu estudo para os próximos anos e que prevê que a cidade de Chaves, dentro de vinte anos, seja a cidade mais populosa a Norte do Rio Douro. Respeito a sua opinião, mas entendo que, neste caso está muito isolado.
- O Senhor deputado **Luís Dias de Carvalho** referiu-se à intervenção que está a ser feita na Capela de Santa Comba na Granjinha, que, certamente, irá beneficiar esse monumento.
- Concordo com a intervenção do Senhor deputado **Norberto Santos** no que respeita à necessidade de intervir no sector da Agricultura, tanto mais que no nosso Concelho a agricultura tem e pode vir ainda a aumentar o seu peso na actividade económica.
- Agradeço as palavras do Senhor deputado **Luís Areias Fontes** e retribuo a consideração que estes anos ajudaram a construir; para além de lhe agradecer, aceito a recomendação que fez relativamente ao uso, ou não, de argumentos que muitas vezes podem, no momento, ser ou parecer muito importantes, mas que, no contexto geral, podem não ter a importância que se lhe dá em determinadas situações. Esclareço o Senhor deputado que a Câmara Municipal de Chaves apresentou em 21 de Dezembro, uma candidatura sobre a eficiência energética, que prevê o estudo e as sugestões que propôs na sua intervenção. No que respeita à abstenção o certo é que o número que mencionou – 20 mil – não é de todo real, dado que existem muitas pessoas inscritas nos cadernos das várias freguesias do Concelho de Chaves, que não se encontram a residir cá. É uma abstenção irreal e os estudos efectuados demonstram essa situação. Concordo com a sua preocupação e todos temos de trabalhar nesse sentido para melhorar os níveis de participação pública.
- Sobre a proposta do Senhor deputado **António Almeida**, devo dizer que li o testamento do Senhor Bonifácio Alves Teixeira, e no que respeita à Câmara Municipal de Chaves, só espero que hoje não haja a mesma opinião que havia nessa altura. No que respeita a outras Instituições não comento.  
No Programa PRODER, o Município de Chaves tem direito, no contexto do Alto Tâmega, a dois projectos de intervenção; este Programa tem um limite elegível de cerca de 560 mil euros e nós juntámos os dois projectos – que é possível – e concentrámo-los em Vidago. Uma das intervenções será no edifício sede da Junta de Freguesia de Vidago, na Casa de Cultura de Vidago, para além de outras que o total do investimento elegível possa vir a considerar. De acordo com a Junta de Freguesia procuraremos também responder no sentido de marcar este centésimo aniversário com a estátua ao benfeitor, Senhor Bonifácio Alves Teixeira.



- Respondendo ao Senhor deputado **Anselmo Martins** reconhecemos que a intervenção no Jardim-de-infância da zona das Termas não foi feita. Segundo informação dos Serviços respectivos, essa intervenção está prevista para o início do próximo ano e terá em conta os aparelhos, a vedação e o piso que é necessário substituir.

Entrou-se “Período da Ordem do Dia

### PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

#### 1 – Situação Económica/Financeira

#### 2 – Obras em Curso

#### 3 – Outras Actividades

### SETEMBRO 2009

**Dia 26** – Participação na Homenagem a Nadir Afonso na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa;

**Dia 28** – Reunião em Vidago sobre o Plano Integrado de Desenvolvimento daquela Vila.

### OUTUBRO

**Dia 17** – Inauguração do Novo Espaço e Novos Serviços a prestar pela Liga de Combatentes em Chaves.

**Dia 20** – Reunião da RESINORTE em Celorico de Basto;

**Dia 22** – Reunião da Comissão Executiva da RIET (Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças) em Vigo; Aprovação da Carta Fundacional;

**Dia 23** – Vigésimo Aniversário da Escola Profissional de Chaves;

**Dia 27** – Reunião no Porto do Grupo de Reflexão da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Galiza. (O Presidente da Câmara Municipal de Chaves, faz parte deste Grupo restrito com a CCDRN, o Eixo Atlântico, a Junta da Galiza e as Universidades de Vigo e Trás-os-Montes e Alto Douro).

### NOVEMBRO DE 2009

**Dia 9** – Reunião de Trabalho com as Águas de Trás-os-Montes – A evolução prevista para 2010;

**Dia 10-** Reunião em Lisboa com o Senhor Coordenador Nacional do Programa Polis e com a Direcção Geral do Tesouro;

**Dia 12** - Conselho Municipal de Educação;

**Dia 27** - Reunião da ANMP em Coimbra;

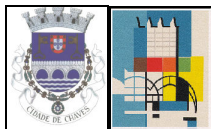
**Dia 28** - Reunião da ANAFRE no Centro Cultural de Chaves.

### DEZEMBRO DE 2009

**Dia 9** -

Reunião da CIM em Mirandela;





## Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 06/2009

- Dia 11** - Presença em Chaves da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação;
- Dia 14** - Reunião com a UTAD – Novas Instalações a partilhar com a Escola Superior de Enfermagem;
- Dia 15** - Reunião da RIET em Salamanca: Proposta de Estatutos; Resolução de Instalar em Chaves o Centro de Documentação Ibérico de Actividades de Fronteira;
- DIA 18** - Reunião da Flaviae Desporto: Programa para 2010;
- DIA 21**- Reunião do Grupo de Reflexão da Comunidade de Trabalhos Norte Portugal/Galiza em Vigo: Preparação da Próxima Assembleia-geral

### INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

INFORMAÇÃO DE GESTÃO					
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					
RECEITA	PREVISTA ANUAL	LIQUIDADADA	TX.REALIZAÇÃO	RECEBIDA	TX.REALIZAÇÃO
Corrente	25.570.460,67	19.882.737,61	77,76%	19.545.560,06	76,44%
Capital	35.990.018,21	13.394.499,57	37,22%	11.687.846,29	32,48%
Outras	9.572,89	9.730,19	101,64%	9.730,19	101,64%
<b>Total</b>	<b>61.570.051,77</b>	<b>33.286.967,37</b>	<b>54,06%</b>	<b>31.243.136,54</b>	<b>50,74%</b>

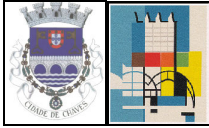
DESPESA	PREVISTA ANUAL	COMPROMETIDA	TX.REALIZAÇÃO	PAGA	TX.REALIZAÇÃO
Corrente	25.560.188,88	23.384.223,85	91,49%	17.190.988,60	67,26%
Capital	34.623.488,33	29.904.944,38	86,37%	14.634.184,15	42,27%
<b>Total</b>	<b>60.183.677,21</b>	<b>53.289.168,23</b>	<b>88,54%</b>	<b>31.825.172,75</b>	<b>52,88%</b>

DÍVIDAS A TERCEIROS	
	total
CURTO PRAZO	19.381.240,65
EMPRÉSTIMO BANCÁRIOS - CURTO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS - LONGO PRAZO	19.192.715,69

DÍVIDAS DE TERCEIROS	
UTENTES C/C	644.200,10
CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES - COBRANÇA DUVIDOSA	365.610,76
OUTROS DEVEDORES	3.414.935,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.424.745,86</b>

*Neste ponto não houve intervenções*

**PONTO 2. – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2010. PLANIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/MAPA DE PESSOAL PARA 2010, AO ABRIGO DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA N.º 137/GAPV/2009.**  
O PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da Proposta dizendo que os documentos que foram distribuídos são os primeiros deste novo ciclo, num contexto de continuadas dificuldades que se prevêem, quer a nível do País, quer a nível europeu e mesmo global.



Essas dificuldades não impediram que no passado tivéssemos realizações e investimentos consideráveis. Temos, a partir de 2010 um programa que foi sufragado, para cumprir. E no contexto da intervenção prévia, um resultado eleitoral mais do que ser usado como arma de arremesso, deve ser usado como responsabilidade para cumprir o programa com que nos aprestámos ao eleitorado. Nesse aspecto, o Partido Social – Democrata, eu e toda a equipa, temos a responsabilidade de cumprir esse programa. Será nosso objectivo, à semelhança do que temos feito, transformar ideias em projectos e projectos em obras. Não nos afastaremos nada do que tem sido o nosso rumo e a nossa matriz Social – Democrata de actuação. Reafirmo e sublinho que esta matriz Social – Democrata tem três valores fundamentais – realismo, humanismo e justiça social. Neste contexto, apresentamos com quatro vectores fundamentais: A “*Valorização das Pessoas*”, do “*Território*”, das “*Actividades Económicas*” e da “*Cooperação*”, nomeadamente com a vizinha Galiza.

O documento distribuído contempla as prioridades deste Plano e Orçamento e em cada um desses vectores há prioridades que estão devidamente identificadas. No que respeita à *valorização das pessoas* – a educação a cultura, o desporto a acção social e os serviços estão devidamente identificados como áreas prioritárias e estratégicas de intervenção; o *Planeamento Territorial* e situações que são comuns quer à valorização do território, quer às *Actividades Económicas*, nomeadamente a Regeneração Urbana, tem um peso substantivo no Orçamento do ano de 2010; a Valorização Ambiental e as Acessibilidades são situações marcantes no que se refere à Valorização do Território e ao desenvolvimento de *Actividades Económicas*. Na *Cooperação* continuará prioritário o projecto da Eurocidade.

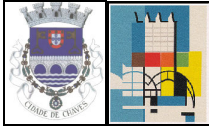
Terminou dizendo que qualquer Plano é sempre uma definição de estratégias e políticas de desenvolvimento e o Orçamento é anualmente ou Plurianualmente, uma expressão quantitativa dessas opções; neste caso há uma expressão quantitativa das opções prioritárias para o ano de 2010 e apresentamos este Orçamento com a clara convicção de que é pequeno demais para as nossas necessidades e grande demais para as nossas possibilidades. Tenho a convicção que, nos últimos vinte anos em que participo na actividade política em Chaves, é inédita a aprovação deste Orçamento por unanimidade na Câmara. Independentemente disso estamos confiantes, determinados, assumimos novos desafios, novas responsabilidades e cá estaremos para responder na prestação de contas relativas ao ano financeiro de 2010.

Para discussão e análise desta Proposta usaram da palavra os seguintes deputados: **FRANCISCO CHAVES DE MELO** do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que em termos do Orçamento há duas questões que devem ser discutidas.

“Uma delas é que é o Orçamento em si; é uma compaginação de Receitas e Despesas, em que as Receitas devem cobrir as Despesas e saber direccionar as Receitas para o tipo de Despesas que se pretende, conforme a vontade política. As Ciências Económicas modernas têm directrizes que regulam esta matéria com instrumentos que permitem aos políticos regular a actividade económica, estimular ou travar determinadas actividades, por essa razão os Orçamentos também são instrumentos de política para fomento das actividades, a chamada política orçamental que teve início nos anos trinta, numa época de crise. Estamos de novo numa época de crise e, como tal, justifica-se a retoma dos ensinamentos dessa altura.

Na política orçamental é importante ver se queremos ou não estimular a actividade económica, o emprego e até que ponto também devemos mexer, ou não, nos impostos, reduzindo alguns e criando outros.

Depois destes considerandos políticos vou referir aquilo que me parece conter algumas fragilidades.



As Receitas dividem-se em duas partes, Correntes e de Capital, constando ali verbas que não vão ser arrecadadas, embora estejam previstas. Faz-se isso normalmente para enquadrar deficits orçamentais ou despesas que não foram pagas nos anos anteriores. Encontrei nas Receitas Correntes à volta de cerca de seis milhões de euros que não serão arrecadados, desde a EHATB até impostos que estão inflacionados, incluso nas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, até porque o Orçamento de Estado ainda não foi aprovado.

Quanto às Receitas de Capital o valor rondará os doze milhões de euros, já que dez milhões são referentes a vendas de bens e a Autarquia não tem tido a prática de vender património, nem é recomendável em época de crise fazê-lo. Tudo isto está de acordo com as execuções orçamentais dos anos anteriores. Sendo assim temos receita que não vai existir, o que significa que algumas das despesas que estavam previstas também não vão ser executadas, o que também é bom senão o Município endividava-se mais.

Parece-me que alguns dos investimentos terão de ser adiados e com a crise instalada, também é de bom senso que sejam adiados gastos excessivos, principalmente em actividades que não são consideradas necessidades básicas. Preocupa-me que embora haja investimentos avultados em bens culturais, de elevado nível – a Fundação Nadir Afonso – e ainda existem aldeias onde a água é apanhada a cântaro. Tenho para mim que este é um bem de que todos deviam usufruir nas suas casas.

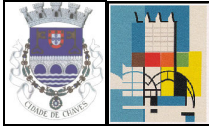
Não sou especialista na área financeira, mas há indicadores que nos ajudam a ler os orçamentos. Um desses indicadores que nos diz que um orçamento é bom é se existem as chamadas transferências correntes, isto é: se é possível investir com verbas provenientes das Receitas Correntes. Não sei se será possível, mas acredito que não. Na parte de aquisição de bens houve um aumento substancial e verifica-se uma redução nas despesas com serviços, o que é óptimo porque se a Câmara tem uma estrutura que lhe permite fazer certos serviços com o pessoal de que dispõe não necessita pagar fora e gasta menos. Entendo que é uma política acertada investir em mais pagamento de bens e menos aquisição de serviços.

No princípio da especificação, a rubrica que diz “Outras Despesas” ou “Outras Fontes de Receita”, são enormes, o que me parece não estar de acordo com o princípio em questão.

As Receitas próprias, na minha óptica, deviam ser maiores, para que cada vez mais, pagassem a despesa corrente, isto porque ainda dependemos muito do exterior. As transferências da Administração Central são a base do pagamento das nossas Despesas Correntes. Se reduzirmos as Despesas Correntes, mantendo o actual nível das receitas correntes, teremos uma taxa de cobertura maior das nossas receitas próprias e é nesse sentido que deveríamos caminhar.

As Despesas com Pessoal têm vindo a aumentar – aproximam-se dos dez milhões de euros – o que significa que o pessoal é melhor pago. A questão é se estamos a pagar a trabalhadores a mais e desnecessários. Seria igualmente importante reduzir nas Despesas Correntes, nomeadamente no que concerne à dívida pública, porque o petróleo está a aumentar; diz-se que a inflação também e isso vai provocar um aumento na taxa de juros. Ainda por cima temos menos credibilidade nos rankings internacionais e pode acontecer que as receitas ao serviço da dívida aumentem. Vejo que no mapa de endividamento há uma estratégia de diminuição de cerca de dois milhões de dívida no final de 2010, o que me parece acertado. Apesar disso apetece-me dizer se não se poderia ser mais ambicioso e pagar uma importância maior. Talvez algumas obras pudessem esperar, o que é sempre difícil.

No meu entender este Orçamento traduz as propostas do PSD na sua campanha eleitoral e é apresentado por um Órgão de Estado. Não queremos ser nós



Assembleia Municipal a definir o Orçamento do Órgão de gestão. Achamos que o mandato é claro, a Autarquia está em início de funções e nesse sentido deve apresentar o seu Orçamento, aplicá-lo e depois cá estaremos para o apreciar. Nesse sentido entendemos que nos devemos abster na sua votação e é isso que vamos fazer. Em época de crise é sempre uma incógnita em saber se poupando, em termos de bens públicos, estamos a ajudar a regenerar a economia, mas será que não pagando rapidamente às empresas e aos fornecedores isso não contribui para aumentar o desemprego? É muito difícil conciliar a política orçamental com a actividade económica. É sempre uma grande dúvida que vai mais da intuição do que propriamente dos números porque todos sabemos que a economia não é uma ciência exacta, mas sim social.

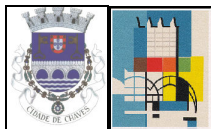
Entendo que devia ser canalizado dinheiro para os agentes económicos locais, porque a maioria das grandes empreitadas são feitas por gente de fora, pagando rapidamente todo o tipo de dívidas, desde à Auto Viação do Tâmega, às empresas fornecedoras, aos empreiteiros locais, aos pequenos fornecedores de bens e materiais, de modo a permitir-lhes alguma folga e não contrair dívidas em actividades não produtivas, nomeadamente os embelezamentos e a construção de edifícios para fins de contemplação e de estética”.

**LUÍS MANUEL AREIAS FONTES** do PS – disse que o Orçamento apresentado vai ter uma execução que rondará os 60%.

“Vamos ter rubricas executadas a mais de 100%, com reforços e outras que, simplesmente, não vão ser executadas. Temos valores muito significativos em rubricas não especificadas e vamos ter, certamente, mais de uma dezena de alterações ao longo do ano que só vão à Câmara Municipal para conhecimento e que representarão significativas alterações a este orçamento com reforços muito importantes de verbas nuns lados e diminuições noutros. Parece-me que mais útil do que estarmos a fazer agora grandes análises gerais sobre o Orçamento cabe-nos a nós como Assembleia fiscalizar a sua execução ao longo do ano.

Preocupa-me que na parte das transferências para a Sociedade Polis apareça apenas um euro. Esta situação é, em meu entender, de algum modo desprestigiante para a Autarquia, isto porque todos sabemos que a Sociedade Polis expropriou os terrenos ao longo das margens do Rio Tâmega para fazer aquela obra tão importante e tão bonita que fez, da qual todos podemos usufruir, mas não conseguiu chegar a acordo com todos os proprietários. Essas expropriações tiveram o seu início de forma litigiosa. Entretanto foi constituída uma Comissão Arbitral para cada uma das parcelas que foi expropriada; essa Comissão é composta por um perito da Sociedade Polis, um perito dos proprietários e um perito nomeado pelo Tribunal da Relação do Porto, que chegaram a um valor, por consenso, relativamente a essas parcelas. Mas como não há aceitação esses processos estão a ir para o Tribunal, tendo a Sociedade Polis de depositar à ordem do Tribunal esse valor. Sucede, porém que até à data a expropriante não recebeu do Município de Chaves, entidade responsável pela transferência das verbas necessárias ao pagamento das indemnizações devidas aos expropriados, as dotações orçamentais necessárias à efectivação do depósito do complemento de arbitragem e respectivos juros moratórios, encontrando-se, por esse facto impedida, de dar cumprimento ao disposto no art. 51 do Código de Expropriações, o qual pressupõe aquele depósito.

É inédito, ao nível das expropriações no nosso país, o facto de a Autarquia não estar a cumprir a lei, ao não fazer os pagamentos e os depósitos que são devidos. E não vemos que em 2010 essa situação esteja precavida, uma vez que não estão previstas as transferências para a Sociedade Polis, pelo menos nesta fase inicial. Está a acontecer que o Tribunal está a notificar o serviço do Estado que tem a seu cargo o respectivo aval, para que se substitua à parte faltosa, na realização desses



depósitos; em seguida vão vir os juros, encargos e esses valores vão ser descontados nas transferências dos fundos municipais. Isso não irá causar estrangulamentos financeiros ao longo do próximo ano, quando esses fundos começarem a ser retido em Lisboa e sem haver a noção do momento em que isso vai acontecer?

Para além disso também está em causa o prestígio da própria Instituição. Nós queremos uma Câmara Municipal que cumpra com os seus compromissos. Gostaria de ser esclarecido acerca desta questão concreta”.

**ANA LUISA DUARTE A. CAMPOS M. LADEIRAS** do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que gostaria de fazer alguns considerandos à intervenção do Senhor deputado Francisco Melo.

“ No que diz respeito à rubrica “Outros” a Autarquia tentou ser o mais transparente possível; temos o exemplo da rubrica 02.02.20 – “Outros trabalhos especializados”. É uma rubrica genérica, definida pelo POCAL, tal como está; no entanto a Câmara para dar mais informação na leitura dos documentos, identificou quais são os outros trabalhos especializados, nos quais supõe vir a executar despesa. Também para facilitar, nessa mesma rubrica, temos um valor de dois milhões e novecentos mil euros, mas estão lá desagradados quais são os outros trabalhos especializados, o que seguindo o classificador do POCAL não seria obrigatório.

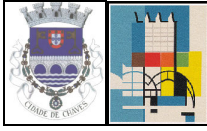
Relativamente ao que o Senhor deputado disse sobre o empolamento das Receitas, o facto é que a legislação não dá muita margem de manobra, porque, de acordo com o Decreto-Lei 84/2002, elas estão efectivamente parametrizadas; ou são a média dos doze meses calculada pelos dois anos anteriores, ou então são receitas que têm de estar certificadas com documentos de receita; estamos a falar nomeadamente de homologações de projectos, de entidades que vão fazer determinado tipo de transferências que têm de estar devidamente documentadas e por esse motivo, também as receitas aqui não podem estar assim tão manipuladas. Entendo que a nossa preocupação deve ser avaliar a execução deste Orçamento, tendo em atenção o esforço que o Município vai fazer para combater o deficit actualmente existente”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que a Autarquia tem legitimidade para apresentar o seu Orçamento, dada a votação bem expressiva que teve nas eleições de Outubro e seguramente que estará tudo bem porque mereceu a aprovação do Partido Socialista, na reunião de Câmara, e a CDU cá estará para o fiscalizar.

“A nossa preocupação estará sempre na concretização das obras e relativamente à Fundação Nadir Afonso é necessário que passe da ideia à obra, porque da ideia ao projecto já lá vão oito anos. A ideia que era indispensável construir novas piscinas municipais tem oito anos, é necessário passar à obra.

É necessário que Chaves encontre algo que seja o seu Centro de atenções. A Feira dos Saberes e Sabores fica muito aquém das necessidades de um Município desta dimensão, independentemente de ser uma iniciativa que tem vindo a progredir. É necessária que tenhamos outros atractivos para além das Termas, que centralizem atenções. Em tempos num debate sobre «arte e sociedade» houve um desafio proposto pela CDU no sentido de implementar no primeiro ciclo, o ensino das artes. É necessário que as coisas básicas do ensino básico estejam asseguradas, nomeadamente a requalificação das Escolas que vão continuar a funcionar, mas seria importante que o Município tivesse algum rasgo de génio, talvez no próximo ano, de avançar com uma iniciativa que servisse para chamar a atenção do país para Chaves e para a região do Alto Tâmega.

Não tive possibilidade de fazer uma análise aprofundada do Orçamento, mas quer me parecer que relativamente aos projectos que têm dois/três anos e que tem a ver com o apoio social aos idosos, com a tão falada crise, com a desertificação, com a falta de



pessoas para cuidar dos mais débeis, seria necessário fazer um investimento ainda mais sério e mais rápido, dado que Chaves é das regiões do País onde essa questão vai ganhar uma importância crescente. Os próximos orçamentos têm de mostrar um reforço sério no apoio social, em especial aos idosos, e no tal projecto que se está a desenvolver e que é o reaproveitamento das escolas do ensino básico que foram desactivá-las e aproveitá-las para Centros de Dia; é preciso avançar muito e mais depressa nessa área.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados:

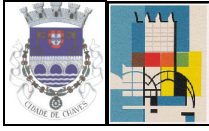
Reforçando a intervenção da Senhor deputada **Ana Luísa Ladeiras**, há receitas que não se podem inventar, nomeadamente nos impostos que é a média aritmética dos últimos vinte e quatro meses que conta. Há outras receitas que efectivamente podem não ser realizadas, mas a verdade é que são possíveis porque estão justificadas com documentos que as suportam, nomeadamente a venda das habitações sociais. Certamente não as venderemos todas, mas é uma receita possível. O mesmo acontecerá em relação aos lotes do Parque Empresarial ou outras situações. Falou-se em tempos na venda do Património Municipal, mas neste caso concreto são receitas possíveis atendendo a estratégias que foram definidas, nomeadamente os Bairros Sociais, dando oportunidade às pessoas que lá vivem de poderem adquirir as suas habitações.

Foi referida pelo Senhor deputado **Francisco Melo** a “Rubrica Outros”. Temos uma que tem inscrito mais de dois milhões de euros, mas se verificarem tem um código e se analisarem devidamente o PPI, verão que todas as rubricais que têm esse código, somadas, dão o valor ali inscrito. A rubrica “Outros” é assim designada no classificador das Receitas, mas o Plano Plurianual de Investimentos, nos códigos da referida rubrica, especifica a afectação dessas receitas nas respectivas obras. A Contabilidade Oficial obriga a ter quadros próprios e é impossível colocar numa única rubrica todas as obras porque o classificador oficial não as aceita e é por essa razão que são enviadas por correio electrónico para a DGAL, para o Tribunal de Contas e outras entidades tutelares, que fiscalizam as Contas. Não é feito assim porque a Autarquia pretende omitir o que são os “Outros”, mas sim porque a legislação determina que se faça desta forma.

Ainda sobre a intervenção do Senhor deputado **Francisco Melo** há duas situações que não posso deixar de comentar: 1 – *Referiu-se à água nas habitações*. O Município de Chaves tem, na generalidade, uma taxa de cobertura de fornecimento de água ao domicílio, numa média superior àquela que é pedida a nível nacional. Por esse facto tivemos necessidade de fazer um enorme esforço na justificação das candidaturas para melhorar o abastecimento de água, dado que já cumprimos e ultrapassamos as metas que nos são pedidas oficialmente. Servindo a população, poderemos não servir, ainda, todas as localidades da melhor forma.

Concretamente em Soutelo houve este ano uma situação excepcional, de falta de água durante o Verão, o que nunca tinha acontecido mas foram abastecidos pelos bombeiros e colocámos à disposição outros meios para suprir essa falta. Nesta altura a Junta de Freguesia deliberou entregar a água à responsabilidade da Câmara, dado que a gestão deste recurso vinha a ser feita pela Junta. Vamos transferir para o depósito de Soutelo água do sistema de abastecimento de Chaves, garantindo desta forma que este bem de primeira necessidade chegue a todos. Esta situação aconteceu em várias localidades do Concelho, onde tivemos de fazer o fornecimento através de cisternas.

2. – *A segunda questão diz respeito ao pessoal*. Todos os anos é recorrente falar-se no pessoal, mas há um exercício que aconselho a fazer: os Senhores apenas reparam no aumento global das despesas com o pessoal, mas não fazem contas à



evolução das despesas com os vencimentos. E aqui há uma diferença muito grande entre o aumento global das despesas de pessoal e o aumento das despesas com vencimentos. O aumento global das despesas com pessoal sobe, mas o aumento com as despesas de vencimentos mantém uma linha muito menos evolutiva; isto porque nos últimos anos tem havido um acréscimo de encargos. Exemplifico com as actividades extracurriculares. Nos primeiros anos que disponibilizamos, de acordo com a DREN, as actividades extracurriculares, recebemos uma verba por aluno, que totalizava uma média de 350 mil euros para o Município de Chaves, atendendo aos cerca de 1.500 alunos que frequentam o 1.º Ciclo e onde temos oitenta pessoas a trabalhar. As actividades extracurriculares do pré-escolar são suportadas pela Câmara.

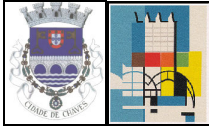
De acordo com os Agrupamentos não é possível fazer horários completos porque entendem que as actividades extra-curriculares têm de ser feitas em determinadas horas, em que nem sempre as pessoas se podem deslocar e, por isso, há oitenta pessoas a desempenhar funções nesta área. Essas pessoas, nos dois primeiros anos eram pagas com os 350 mil euros e a Autarquia ainda dispunha cerca de 30 mil euros para despesas com materiais, livros e outros; a partir de 2008 isso deixou de acontecer e as despesas deixaram de ser de 350 mil euros para passarem para cerca de seiscentos mil, isto porque entendemos que essas pessoas em vez de terem uma avença, que sob o ponto de vista legal acabaram, passaram a ter um contrato a termo certo, pelos meses respectivos, com todas as regalias inerentes. Esse facto implicou que só de subsídio de férias e de Natal, para além dos respectivos vencimentos, o Município teve de disponibilizar 107 mil euros, acrescentando as despesas com a saúde, segurança social etc. num total de mais 130 mil euros. Se somarmos tudo, mais os vencimentos isso implica uma alteração radical, mas temos orgulho em prestar um bom apoio às nossas crianças.

Outra situação que é bom referir é que no Município de Chaves não há hoje trabalhadores precários. Todos os trabalhadores ou tem contrato a tempo indeterminado ou a termo certo. Existem apenas três avenças. No Mapa de Pessoal, apenso ao Orçamento, constam claramente os números actualizados.

Também nos dois últimos anos aconteceu o seguinte: um funcionário da Câmara a quem era paga uma avença de mil euros por mês custava à Autarquia de Chaves mil euros vezes doze; hoje, feito o contrato, passou a custar 1.537 euros vezes catorze; há aqui uma diferença substancial, mas com isso o trabalhador tem outra estabilidade e outras regalias que antes não tinha. Estes dois exemplos justificam claramente os aumentos dos encargos da Autarquia com o pessoal.

O Orçamento de Estado para 2009 trouxe uma situação pontual que foi surpresa, ao permitir a todos os trabalhadores o acesso à ADSE e todos fizeram o respectivo pedido. Isso aumentou os encargos do Município substancialmente e tudo isto são encargos com pessoal. Não são encargos de vencimentos, mas são efectivamente encargos de pessoal.

Quis esclarecer com algum pormenor esta situação para se entender definitivamente que quando se trata de aumento de despesas com pessoal é necessário distinguir se o aumento é global, onde se incluem os encargos da Segurança Social, saúde e outros benefícios para os trabalhadores, ou se é somente com os vencimentos, que apenas têm aumentado anualmente em função dos aumentos da Função Pública. Para o ano de 2010 calculámos o aumento de vencimentos em 1,5%, apesar de duvidar que seja essa a percentagem de aumento. Deixámos também prevista uma margem para eventuais progressões que possam vir a surgir. Como sabem, com o novo sistema de avaliação quem perfizer dez pontos, tem direito a uma subida na carreira, para o patamar correspondente. Tudo isso está previsto neste Orçamento e por conseguinte há uma previsão de aumento de encargos realista.



O Senhor deputado **Luís Areias Fontes** fez uma apreciação genérica da Proposta em discussão sobre a qual nada tenho a comentar, mas quero esclarecer a situação quanto à Sociedade Polis.

No Plano Estratégico do Programa Polis de Chaves diz-se que à Câmara Municipal de Chaves compete efectivamente sustentar as expropriações, o que é um facto, mas a Portaria publicada, posteriormente, diz que a responsabilidade das expropriações é da Sociedade Chaves Polis. Independentemente desse facto a Autarquia assumiu as suas responsabilidades e perante a primeira avaliação depositou no Tribunal a importância que lhe foi exigida. No contexto do Programa Polis o Município de Chaves depositou à ordem do Tribunal cerca de dois milhões de euros para terrenos. Como o Senhor deputado referiu, houve uma arbitragem, cujos árbitros (três) colocaram terrenos que tinham sido avaliados em cinquenta mil euros, em quatrocentos e noventa e nove mil. Essa avaliação não é razoável e por isso há uma peritagem final com cinco peritos, que será presente ao Juiz e este decidirá em função disso. Perante esta situação a Sociedade Polis, na qualidade de responsável pelas expropriações, será chamada a depositar à ordem do Tribunal a diferença entre o valor da primeira avaliação e a que foi feita pelos árbitros, para poder contestar.

Nesse sentido esclareço que o Município de Chaves não vai ter surpresas, nesta situação, porque temos a preocupação de prever as situações. Tive uma reunião com o Senhor Coordenador do Programa Polis e com o Senhor Director Geral do Tesouro, aos quais expus uma situação que foi aceite, que consta do seguinte: a Sociedade Chaves Polis é 60% do Estado e 40% do Município; a Autarquia colocou dois milhões de euros e ao Estado, comparativamente, competiria colocar, cerca de três milhões. Mas não fomos por essa via. Acordou-se que a diferença entre a avaliação inicial e a arbitragem seja colocada pelo Tesouro do Estado, pagando depois a Câmara ao Tesouro, o valor final que o Tribunal vier a decidir. Aguardamos a decisão da Justiça. Este acordo foi à reunião de Câmara, onde foi aprovado e será cumprido da forma descrita. O Estado, através dos avales coloca a diferença e depois da decisão do juiz a Câmara vai pagar ao Tesouro o valor que vier a ser decidido, mais os juros à taxa normal em vigor nestas situações.

Existe uma questão muito importante no que respeita à gestão desta situação – é a partilha de riscos entre a Autarquia e o Estado – relativamente ao que a Justiça vier a decidir, uma vez que ambos são co-responsáveis na realização do Programa Polis da cidade de Chaves.

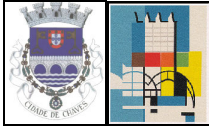
Relativamente à intervenção do Senhor deputado **Manuel Cunha** devo informar que as piscinas municipais são uma aspiração da Autarquia com dificuldades no seu cumprimento, dado que ainda nem sequer abriram as candidaturas a fundos comunitários para equipamentos desta natureza e será muito difícil para nós executar umas piscinas municipais condignas, com capitais próprios.

Sobre a aprendizagem de determinado tipo de artes, por parte das nossas crianças, estamos no caminho certo. A Academia de Artes de Chaves já disponibiliza música a mais de 150 alunos, com certificação de conhecimentos, dança, artes plásticas e artes cénicas. Temos essa oferta que tem sido divulgada e produzido variados espectáculos pelos seus alunos, nomeadamente o último de Natal, com muito valor e feito com uma Orquestra de sopros da Academia.

Quanto aos apoios lembro que o Município de Chaves, nos últimos anos, para além das obras em si, apoia rendas, reconstrução de habitações no meio rural, bolsas para estudantes do Ensino Superior, transportes escolares que alargámos até ao 12º ano, para alunos carenciados, para além do apoio a idosos que procuramos dar o melhor possível.

**DEPUTADO LUIS AREIAS FONTES** do PS – usou de novo da palavra para dizer que ficou totalmente esclarecido com as explicações dadas pelo Senhor Presidente





da Câmara e disse ainda que ficou satisfeito que tenha feito a negociação no que respeita à cidade Polis. Pediu que sejam dadas instruções aos administradores da Sociedade Polis para fazerem referência a esse acordo, porque a Câmara não necessita de ficar mal vista, perante os processos judiciais.

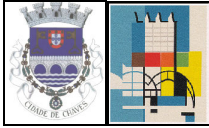
*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 81 votos a favor, zero votos contra e 20 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 3. – APROVAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGANICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. APROVAÇÃO DA ESTRUTURA NUCLEAR A IMPLEMENTAR, DEFININDO AS CORRESPONDENTES UNIDADES ORGANICAS NUCLEARES; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES FLEXÍVEIS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGANICAS; DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES FUNCIONAIS LIDERADAS POR TITULARES DE CARGOS DE DIRECÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU OU INFERIOR. – DECRETO - LEI Nº. 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO. PROPOSTA Nº. 139/GAPV/2009.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta dizendo:

Não é novidade para ninguém que tem havido, nos últimos tempos, alterações na estrutura da Administração pública e a Administração Local não foge à regra. No contexto da modernização Administrativa tem havido uma tentativa de simplificação, de racionalização e de estruturar uma Administração Pública menos burocrática e mais célere.

No passado dia 23 de Outubro do corrente ano foi publicado o Decreto-Lei nº. 305/09, que, a partir de uma autorização legislativa pedida em Agosto, pelo Governo, cria o modelo jurídico para a organização dos serviços das autarquias locais. A Autarquia não era obrigada a trazer já esta nova estrutura à Assembleia Municipal, uma vez que é para ser implementada durante o ano de 2010, mas entendemos que, de acordo com o estudo que fizemos da lei e não havendo diferenças substantivas entre o modelo que temos e uma das opções do modelo que podemos vir a utilizar, entendemos avançar com o processo. Acontece que a nova legislação prevê essencialmente, três modelos organizacionais; o modelo hierarquizado, o modelo matricial e o modelo misto. A diferença entre eles é que: o *Modelo de Estrutura Hierarquizada* tem unidades nucleares fixas – os Departamentos – e cria um número indeterminado de unidades flexíveis, onde apenas é obrigatório referir o seu número. Quando forem criadas a Autarquia pronuncia-se sobre elas e sobre os serviços que lhe ficam adstritos; a *Estrutura Matricial* prevê a criação de equipas multidisciplinares e a *Estrutura Mista*. Em primeiro lugar tivemos de fazer uma opção. Essa opção foi pela estrutura hierarquizada e pesou nessa opção o facto de ser o modelo mais próximo daquele que já temos implementado. Temos quatro estruturas nucleares fixas – o Departamento de Administração Geral, o Departamento Sócio Cultural, o de Planeamento e Desenvolvimento e o de Obras e Serviços Urbanos. Em cada um desses Departamentos propusemo-nos criar um número de unidades flexíveis que vai corresponder ao número de divisões que temos a funcionar. Resumindo: temos a Estrutura Nuclear com quatro departamentos, a estrutura flexível com 15 unidades – as divisões – e temos 14 subunidades – as secções. Oito estão no Departamento de Administração Geral e duas em cada um dos demais Departamentos. Não foi feita nenhuma alteração substantiva ao já existente. A possibilidade que encontramos para as equipas de projecto que agora se passaram a chamar Unidades geridas por dirigentes de 3º. Grau ou equivalente, correspondem à Regeneração Urbana, Elevação de Chaves a Património da Humanidade e Estudos e Projectos Municipais. Temos três Unidades definidas e uma outra pedida. Veremos a possibilidade, ou não, de a criar.



O que foi feito foi a adaptação do modelo existente ao novo modelo, com o mesmo número de Unidades sem alterar substancialmente a estrutura. Propusemos também que os dirigentes que neste momento se encontram em funções se mantenham nos mesmos lugares, até ao final das respectivas comissões de serviço, uma vez que não houve alterações substanciais na estrutura.

Terminou solicitando a aprovação da Proposta em análise.

**DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS – depois de cumprimentar os presentes fez dois pedidos de esclarecimento.

“A apresentação feita pelo Senhor Presidente foi clara, e na prática a nomenclatura é diferente mas em termos de orgânica é similar. Há aqui inovações que respeitam aos Cargos de Direcção Intermédia de 3º. Grau e sobre estes, eu pergunto: Neste momento estão reunidas as condições para que esta Assembleia Municipal se possa pronunciar no sentido da aprovação dessa criação? Isto porque não estão ainda definidas, como aliás é mencionado na Proposta, as condições, requisitos de selecção, competências funcionais e respectivo estatuto remuneratório. Não sei se seria mais oportuno que a Direcção Geral das Autarquias Locais se pronunciasse e trazer depois aqui essa alteração, mas também não é uma questão de muita relevância.

O Senhor Presidente afirmou que as Comissões de Serviço dos Dirigentes se mantêm. A Proposta refere-se apenas aos Dirigentes de 1º. Grau, ou seja os Directores de Departamento? Isto significa que as Comissões de Serviço dos Chefes de Divisão cessam?

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às perguntas colocadas dizendo:

As questões colocadas pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro são pertinentes. Relativamente à Unidades de Dirigentes de 3º grau é possível criá-las, apesar de persistirem as dúvidas que nós aguardamos sejam esclarecidas. Não iremos avançar com a criação em concreto e levar a Proposta à Câmara, enquanto não tivermos essas respostas. O que se pede a esta Assembleia é autorização para criar até quatro destas unidades. Quando tivermos a resposta levaremos a Proposta à Câmara Municipal com os nomes, o estatuto remuneratório, funções etc. e posteriormente, se assim o entenderem, poderemos trazer o esclarecimento necessário sobre o assunto à Assembleia Municipal.

No que respeita aos Dirigentes, como apenas temos de aprovar aqui as Unidades Nucleares fixas já demos a informação de que continuam, como também reconduziremos todas as pessoas que estão nos actuais cargos dirigentes.

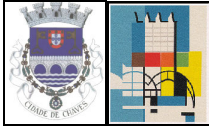
*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 4. - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES COERCIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 138/GAPV/2009 – Para Conhecimento.**

Apesar deste ponto ser apenas para conhecimento o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** prestou o seguinte esclarecimento:

Junto do Tribunal de Contas foi criado um Conselho de Prevenção da Corrupção. Este Conselho, a partir de Julho deu indicação a todas as entidades públicas para que organizassem o seu Plano de Prevenção de riscos no prazo de noventa dias, devendo estar pronto no mês de Outubro, mas como houve vários actos eleitorais foi esse prazo alargado até 31 de Dezembro de 2009.

O Município de Chaves seguiu o modelo genérico feito pela Associação de Municípios e adaptou-o à nossa realidade em concreto, com a estrutura nele delineada, que tem um compromisso ético - a identificação das áreas de potencial



risco e as medidas a adoptar, os responsáveis e a monitorização desses mesmos riscos.

Identificamos três áreas de intervenção principais, isto porque segundo o que se deduz das orientações do próprio Conselho, durante o ano de 2010, ao longo da monitorização dos relatórios parcelares, haverá a adaptação do Plano de Prevenção de Riscos a outras possíveis áreas. Nós identificámos as áreas da contratualização, da concessão de benefícios e da gestão urbanística, onde queremos actuar prioritariamente, de acordo com as medidas onde estão identificados os riscos e as possíveis acções a tomar. Essa monitorização será feita com relatórios parciais e haverá, no final do ano, um Relatório que traremos para conhecimento deste Órgão, com as acções que foram levadas a efeito.

Previamente a todo este trabalho, antes de Junho, o Município de Chaves respondeu a centenas de questões que nos foram colocadas pelo Tribunal de Contas, das quais partiu depois o avanço para esta situação.

### **PONTO 5. - APROVAÇÃO DA NOVA MATRIZ DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA 2009/2013. PROPOSTA Nº. 58/GATF/2009.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta dizendo o seguinte:

Todas as Assembleias Municipais em início de mandato aprovam esta matéria dado que só podemos fazer novos protocolos com as Juntas de Freguesia, desde que a nova Matriz seja devidamente sancionada. Esta Matriz contempla as áreas que são passíveis de transferência de competências para as Junta de Freguesia. Há protocolos elaborados e assinados pela Câmara e Juntas de Freguesia, que se encontram em vigor e que estão a ser executados e pagos. Vamos cumprir os anteriores e elaborar outros novos que se tornem necessários, de acordo com esta Matriz.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO** – Maria Antónia C. Chaves Esteves que depois de cumprimentar os presentes disse o seguinte:

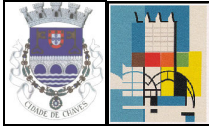
“Quero exprimir o meu agrado ao Executivo da Câmara pela apresentação desta Matriz de Protocolos de Delegação de Competências, a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

Tendo em conta que “as realidades” das freguesias estão junto do Presidente da Junta, que todos os dias acorda a pensar melhorar a vida das suas populações e que já «Zeus» repartiu pelos seus «génios» as suas atribuições, para que estes protegessem e favorecessem os homens, venho, como Presidente de Junta de Freguesia pedir a esta Assembleia que aprove, com gratidão, este raio de luz ou sopro de vento na vidraça que nos chega do Executivo da Câmara Municipal, passando da comunicação à realidade prática das freguesias”.

Terminou desejando um bom ano de 2010 a todos os presentes.

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – cumprimentou os presentes e disse usava da palavra sobre esta Proposta, pela experiência que viveu e com as lutas em que participou, como membro da ANAFRE.

“Sempre defendi que o poder é tão bem, ou melhor exercido, quanto mais próximo estiver do cidadão. Neste contexto conhecemos melhor as necessidades das nossas gentes e mais facilmente pode ser fiscalizado por quem exerce esse mesmo poder e faz a respectiva gestão. Congratulo-me e congratular-me-ei sempre com esta transferência de poderes para o Órgão mais próximo dos cidadãos, que são as juntas de Freguesia. A única recomendação que faço e que por sinal considero desnecessária, é que sejam tratados todos por igual e para além da transferência das competências, transfira atempadamente os respectivos recursos. Quando exerci o



cargo de Presidente da Junta também assinei protocolos e ficava muito aborrecido quando tinha as obras feitas, os empreiteiros à porta e sem o dinheiro para lhe poder pagar. Essa questão coloquei-lhe muitas vezes ao então Presidente da Câmara Dr. Alexandre Chaves, que como cidadão nunca tive ninguém a bater-me à porta e como Presidente da Junta tive várias vezes essa situação. Sei que o Senhor Presidente da Câmara tem imensa consideração por todos os Presidentes de Junta, reforço o apelo para que continue a ter essa consideração transferindo-lhe atempadamente os respectivos recursos financeiros”.

Terminou desejando a todos os presentes um bom ano de 2010.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** – respondeu aos senhores deputados que intervieram neste ponto dizendo que por vezes há poesia que tem muita objectividade e outras vezes há coisas objectivas que só são poesia.

Temos tido algumas dificuldades em cumprir com os Senhores Presidentes de Junta o pagamento das verbas protocoladas, isto porque o Município também tem tido imensas dificuldades em receber as verbas que lhe pertencem, da parte da Administração Central. A título de exemplo, nos últimos dois anos – 2008 e 2009 – a Autarquia assinou com as Juntas de Freguesia do Concelho protocolos no valor de cerca de 2,5 milhões de euros, dos quais pagámos já um milhão, mas ainda falta pagar um milhão e meio. Em 2010, a nossa expectativa não é vir a fazer muitos mais protocolos mas tentaremos transferir para as Juntas de Freguesia os valores em dívida. Faremos os que forem estritamente necessários, até porque entendemos que as obras são realizadas mais depressa, melhor e com menos custos quando executadas pelas Juntas de Freguesia e é com elas que estrategicamente procuraremos fazer mais e melhor, em benefício das nossas populações.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

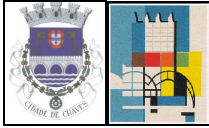
#### **PONTO 6. – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DE PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. PROPOSTA Nº. 140/GAPV/2009.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que sendo este o último ponto da Ordem de trabalhos aproveitava para desejar a todos um bom ano de 2010.

Foi notícia mediática o facto da obrigatoriedade destas tabelas de taxas entrarem em vigor no dia 1 de Janeiro; o Município de Chaves e grande parte dos restantes Municípios do Alto Tâmega estão preparados para isso. A Câmara de Chaves está perfeitamente preparada para fazer com que todas as taxas entrem em vigor dia 1 de Janeiro; fez-se o estudo de fundamentação necessária, de acordo com a lei e tivemos de a colocar a inquérito Público, daí esta sessão ter sido marcada para o dia de hoje – 30 de Dezembro.

Entretanto, por parte do Governo houve a ampliação do prazo até Abril. Esta articulação de esforços permite que tenhamos mais uns meses, mas no que respeita às taxas urbanísticas e uma vez que o estudo está concluído, a Proposta devidamente identificada, a audição pública devidamente concluída, entendemos trazer estas taxas para aprovação para serem aplicadas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O estudo de fundamentação económica das taxas, que agora é obrigatório para as determinar, ia dar, nalguns casos, distorções enormes. Iamos ter taxas que hoje cobramos por exemplo a 5,00€, que passariam para 100,00€ e taxas que cobrávamos a 30,00€ e passariam para 3,00€. Com base no estudo efectuado fizemos uma compartimentação de taxas para serviços diferentes, de modo a que o cidadão não pague mais do que pagava antes, mesmo que agora o faça de formas



deferentes. Tudo isso está devidamente plasmado na Proposta em análise e parece-me ser uma Tabela de taxas e licenças, harmonizada no contexto do Alto Tâmega, nas áreas em que é possível, já que o Município de Chaves tem características diferentes dos demais. Fizemos um trabalho conjunto no sentido de apresentar ao cidadão taxas que paguem os serviços que prestamos, mas que os não penalizem na utilização diária dos Serviços Municipais.

**DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS – disse que no que diz respeito a esta matéria, ter entendido a explicação que foi prestada pelo Senhor Presidente e a delonga na apresentação deste Regulamento de Taxas, que tem a ver com as considerações que foram feitas.

“Pessoalmente não tive possibilidades de conhecer a fundamentação económico-financeira, porque não consegui ler o anexo, que não foi distribuído, mas conheço os princípios porque também estive envolvido nesse processo e sei quais os princípios que estiveram subjacentes, respeitando sempre uma premissa no sentido de que não houvesse um incremento de encargos para os Municípios

Também desta Proposta só nos foram distribuídas as folhas com os números ímpares, o que fez com que a leitura deste documento ficasse prejudicada. De qualquer das formas percebemos o sentido. No próprio Regulamento não consegui ver o art. 1º porque inicia logo no art. 2º. Presumindo que haja aí um lapso. Também me parece que, quanto à técnica de elaboração do Regulamento o facto dos artigos não terem números, mas apenas parágrafos, dificultará posteriormente a sua aplicação.

Pessoalmente entendo que o conteúdo de cada um dos artigos devia ter a numeração e é curioso que alguns têm. Por exemplo no que respeita às isenções tem numeração e os demais já não têm. Há aqui alguma incoerência neste documento”.

Terminou desejando a todos um bom ano de 2010 e que seja melhor do que foi o de 2009.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu ao Senhor deputado que será tomada em consideração a reorganização dos artigos de acordo com a proposta que fez, e agradece que a Assembleia remeta à Autarquia as sugestões feitas à Proposta.

Terminou desejando mais uma vez um bom ano de 2010, desejando que todos sejam muito felizes.

Antes de proceder à votação deste ponto **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** da Assembleia Municipal desejou a todos um excelente ano de 2010, que responda a todas as expectativas e anseios dos presentes.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 98 votos a favor, zero votos contra e três abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, \_\_\_\_\_

O 1º. Secretário, \_\_\_\_\_

O 2º. Secretário \_\_\_\_\_

A Funcionária \_\_\_\_\_